



COMO IMPLEMENTAR AS RECOMENDAÇÕES DA FORÇA-TAREFA PARA DIVULGAÇÕES FINANCEIRAS RELACIONADAS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (TCFD)

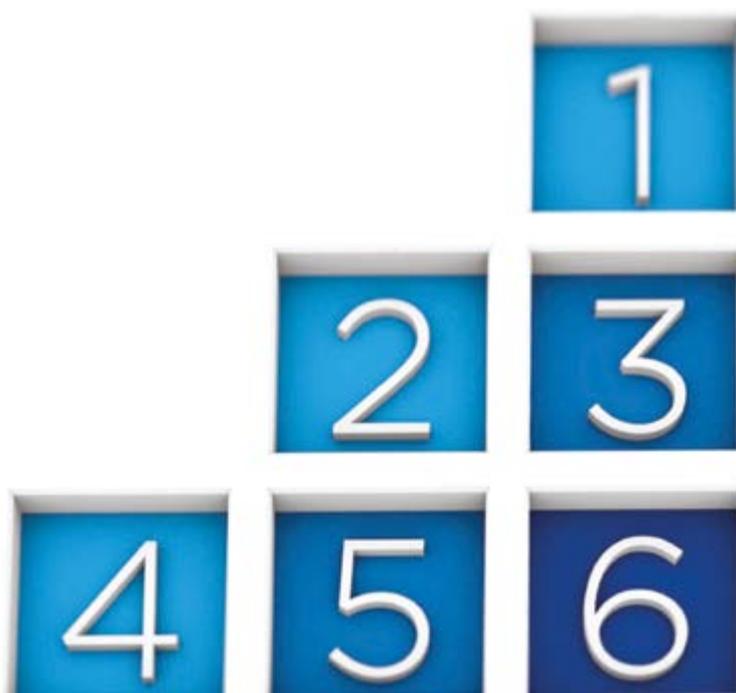
UM GUIA PARA PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS

OS SEIS PRINCÍPIOS

INTRODUÇÃO AOS PRINCÍPIOS

Como investidores institucionais, temos o dever de atuar de acordo com os melhores interesses de longo prazo de nossos beneficiários. Neste papel fiduciário, acreditamos que fatores ambientais, sociais e de governança (ASG) podem afetar o desempenho das carteiras de investimento (em vários níveis por companhias, setores, regiões, classes de ativos, e ao longo do tempo). Também reconhecemos que a aplicação destes Princípios pode alinhar melhor os investidores com os objetivos mais amplos da sociedade. Portanto, sempre em linha com nossas responsabilidades fiduciárias, nos comprometemos com o seguinte:

- 1 Incorporaremos fatores ASG a análises de investimento e processos de tomada de decisão.
- 2 Seremos investidores atuantes e incorporaremos fatores ASG às nossas políticas e práticas de titularidade de ativos.
- 3 Buscaremos sempre fazer com que as entidades nas quais investimos façam divulgações apropriadas sobre fatores ASG.
- 4 Promoveremos a aceitação e implementação dos Princípios pelo setor de investimentos.
- 5 Trabalharemos unidos para ampliar nossa eficácia na implementação dos Princípios.
- 6 Cada um de nós divulgará relatórios sobre atividades e progresso da implementação dos Princípios.



MISSÃO DO PRI

Acreditamos que um sistema financeiro global economicamente eficiente e sustentável seja absolutamente necessário para a criação de valor no longo prazo. Tal sistema recompensará o investimento responsável de longo prazo e beneficiará o meio-ambiente e a sociedade como um todo.

O PRI trabalhará para alcançar este sistema financeiro global e sustentável, encorajando a adoção dos Princípios e a colaboração na sua implementação; promovendo a boa governança, a integridade e a prestação de contas; e tratando dos obstáculos que atrapalham a sustentabilidade do sistema financeiro e que estão arraigados nas práticas, estruturas e na regulamentação do mercado.

AVISO LEGAL

Os dados contidos neste relatório são meramente informativos, não representando conselho de investimento, jurídico, fiscal ou outro, nem devem ser utilizados como base para a realização de investimentos e tomada de outras decisões. Este relatório é fornecido sob o entendimento de que seus autores e divulgadores não estão oferecendo consultoria jurídica, econômica ou de investimento, nem outros serviços profissionais. A PRI Association não é responsável pelo conteúdo de websites e outros materiais informativos que podem porventura ser mencionados neste relatório. O acesso fornecido a estes sites ou a tais materiais informativos não constitui endosso por parte da PRI Association às informações contidas neste documento. Exceto declarações em contrário, opiniões, recomendações, resultados, interpretações e conclusões expressos neste documento são dos vários profissionais que contribuíram para a confecção deste relatório e não necessariamente representam os pontos de vista da PRI Association ou dos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI). A inclusão de exemplos de companhias de forma alguma constitui endosso de tais organizações por parte da PRI Association ou dos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI). Ainda que tenhamos nos esforçado para assegurar que as informações contidas neste relatório tenham sido obtidas de fontes confiáveis e atualizadas, a natureza mutável da estatística, da legislação, de regras e regulamentos pode resultar em atrasos, omissões ou imprecisão das informações aqui contidas. A PRI Association não é responsável por quaisquer erros ou omissões, nem por quaisquer decisões tomadas ou ações realizadas com base nas informações contidas neste relatório, ou ainda por quaisquer perdas e danos resultantes de ou causados por tais decisões ou ações. Todas as informações aqui contidas são fornecidas para efeito de mera informação, sem garantia de completude, precisão e oportunidade, nem dos resultados obtidos a partir do uso de tais informações, sem, ainda, garantia expressa ou limitada de qualquer espécie.

ÍNDICE

PRINCIPAIS MENSAGENS	4
TCFD: QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS BENEFÍCIOS PARA OS PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS?	4
QUAIS SÃO AS AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA OS PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS NO CURTO PRAZO?	7
O QUE OS PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS DEVEM EXIGIR DE SEUS GESTORES TERCEIRIZADOS DEFUNDOS?	7
MUDANÇAS CLIMÁTICAS: POR QUE OS PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS DEVEM SE PREOCUPAR COM ELAS?	8
OS PRINCÍPIOS PARA A BOA DIVULGAÇÃO TCFD	9
GOVERNANÇA	10
SUPERVISÃO PELO CONSELHO	10
O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO	13
ESTRATÉGIA	17
IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES	18
IMPACTO SOBRE A ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO	19
RESILIÊNCIA DA ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO	20
GESTÃO DE RISCOS	21
AVALIAÇÃO DOS RISCOS	21
GESTÃO DOS RISCOS	24
INTEGRAÇÃO DOS RISCOS	26
MÉTRICAS E METAS	28
UTILIZAÇÃO DE MÉTRICAS	28
MENSURAÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE)	31
DETERMINAÇÃO DE METAS	33
ANÁLISE DE CENÁRIOS	37
PRIMEIROS PASSOS PARA A ANÁLISE DE CENÁRIOS	38
DETERMINAÇÃO DOS FATORES DE INFLUÊNCIA	39
UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS ESPECIALIZADAS	39
IDENTIFICAÇÃO DE RESPOSTAS E DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS	39
EXEMPLOS DE FERRAMENTAS DE ANÁLISE DE CENÁRIOS RELACIONADO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA INVESTIDORES	39
INICIATIVAS APOIADAS PELO PRI, NO NÍVEL SETORIAL OU DE EMPRESAS	41
EXEMPLOS DE ATUAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS	44

PRINCIPAIS MENSAGENS

Os mercados financeiros exigem dados de alta qualidade e tempestivos sobre riscos relacionados às mudanças climáticas para operar com eficiência no decorrer da transição energética. As recomendações da Força-tarefa da Financial Standards Board (FSB) para Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD) consistem em um protocolo internacional para que empresas e investidores possam fundamentar suas decisões de exposição a riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas em seus negócios e planos futuros de alocação de capital. A TCFD é uma iniciativa liderada pelo setor e conta com o endosso público de mais de 238 empresas, incluindo 150 instituições financeiras que representam um valor de mercado combinado de mais de US\$ 6 trilhões e ativos sob gestão no valor de US\$ 81,7 trilhões¹. Após a publicação das recomendações, o setor agora se concentra em sua adoção e implementação², sendo que alguns proprietários de ativos já estão divulgando suas respostas iniciais³.

Aproveitando este movimento, este guia traz um protocolo prático para ajudar os proprietários de ativos a implementar as recomendações da TCFD. Mais especificamente, o guia se concentra nas 'ações' dos proprietários de ativos no sentido de melhorar processos relacionados a governança, estratégia, gestão de riscos e métricas/metras. Embora façamos aqui uma discussão sobre 'Os princípios para a boa divulgação TCFD', além de um mapeamento para o PRI *Reporting Framework*, este guia não se concentra em 'como' fazer a divulgação, mas em quais 'ações' são necessárias para o alinhamento com o protocolo da TCFD.

TCFD: QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS BENEFÍCIOS PARA OS PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS?

Os proprietários de ativos se beneficiam ao apoiar e se comprometer com a implementação das recomendações da TCFD pelos seguintes motivos:

- **Conversão, em métricas financeiras, dos riscos e oportunidades relevantes relacionados às mudanças climáticas.** Os riscos ambientais e relacionados às mudanças climáticas são, em parte, resultado de falhas de mercado e, como tal, não se refletem nos preços. As recomendações da TCFD são um protocolo coerente e comparável através do qual a ciência do clima, as mudanças tecnológicas e as políticas públicas podem, com o tempo, ser traduzidas em métricas que os investidores podem utilizar para avaliar e gerenciar uma megatendência emergente.



Martin Skancke, Presidente do conselho do PRI e Fiona Reynolds, CEO, PRI

- **Uma forma de se aprimorar a gestão de riscos e a identificação de oportunidades.** As instituições financeiras podem ter capital em risco como resultado da transição energética. A agência de classificação de risco Moody's identificou 14 setores, com US\$ 2 trilhões de dívida classificada, com risco imediato ou emergente relacionado às mudanças climáticas⁴. Uma pesquisa de um importante banco central identificou que será necessário realocar capital no valor de US\$ 26 trilhões até 2040⁵ para cumprir o objetivo do Acordo de Paris de limitar o aquecimento bem abaixo de dois graus. A transição energética para a economia de baixo carbono também está promovendo novas oportunidades de mercado. As recomendações da TCFD são um protocolo abrangente e útil para que os proprietários de ativos avaliem se há um possível *impairment* nas carteiras e identifiquem novas oportunidades de investimento.
- **Um protocolo comparável e flexível.** As recomendações da TCFD foram desenvolvidas por especialistas de 31 países. Contam com o endosso de mais de 238 empresas, incluindo 150 instituições financeiras que representam US\$ 81,7 trilhões. O protocolo é flexível para organizações com diferentes estratégias, tamanhos e mercados geográficos, e traz orientação prática para setores de alto impacto e para divulgações prospectivas, tornando mais viável sua ampla adoção e trazendo consistência para a divulgação.

¹ <https://www.fsb-tcfid.org/statement-support-supporting-companies-june-2017/>

² <https://www.fsb-tcfid.org/news/>

³ Consulte, por exemplo, o relatório climático da AP2 baseado nas recomendações da TCFD, em <http://www.ap2.se/globalassets/hallbarhet-agarstyrning/klimat/tcfid/ap2s-climate-report-based-on-tcfids-recommendations.pdf>

⁴ Mapa de temperatura de risco ambiental da Moody's Investors' Service (novembro de 2015)

⁵ Relatório não publicado, fontes do PRI

- **Abordagem prospectiva.** Tradicionalmente, a divulgação climática se baseia em dados históricos. No entanto, problemas ambientais, como as mudanças climáticas, são de natureza não linear e vão aumentar ao longo do tempo. A análise de cenários, que já é comumente utilizada na análise de investimentos, pode ser aplicada às mudanças climáticas para ajudar os proprietários de ativos a entender como as carteiras poderiam ser afetadas em um horizonte de tempo mais longo.
- **Maior confiança nos mercados financeiros.** Divulgação e transparência ajudam a estimular a confiança nos mercados de capitais. Além disso, as empresas (e os membros do conselho) podem ser expostas à responsabilidade legal por não avaliarem e administrarem riscos relacionados às mudanças climáticas de acordo com suas obrigações ou por não divulgarem os riscos. Fica difícil para usuários e beneficiários do sistema financeiro confiarem nas informações que recebem quando falta credibilidade para comparar as divulgações relacionadas ao clima, que se tornam mais confiáveis quando os requisitos de divulgação são nivelados.
- **Responder à demanda dos beneficiários.** Beneficiários e *stakeholders* em geral estão solicitando cada vez mais informações sobre as mudanças climáticas e sobre como este fator está sendo gerido. A divulgação em consonância com as recomendações da TCFD fornece informações para os beneficiários finais compreenderem como os impactos relacionados às mudanças climáticas estão sendo geridos e (quando relevante) para tomarem decisões mais bem fundamentadas sobre suas aposentadorias.

Figura 1: Mapeamento das recomendações da TCFD em possíveis ações para proprietários de ativos. Fonte: Adaptado a partir das Recomendações da Força-tarefa do FSB para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas, Figura 4, página 14.

Recomendações da TCFD		PRI Reporting Framework: Estratégia e Governança	Possíveis ações para proprietários de ativos		
GOVERNANÇA	Supervisão pelo conselho: (a) Divulgue como o conselho supervisiona riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas	SG 7.1 CC SG 7.1a CC	Esclarecer as responsabilidades de supervisão	Articular os riscos	Analisar as políticas aprovadas pelo conselho
	Papel da administração: (b) Descreva o papel da administração na avaliação e gestão de oportunidades e riscos relacionados às mudanças climáticas	SG 7.1 CC SG 7.1b CC	Definir as responsabilidades da administração	Definir processos	Divulgar o processo e o progresso
ESTRATÉGIA	Identificação de riscos e oportunidades: (a) Descreva os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas no curto, médio e longo prazos	SG 14.1 CC SG 14.2a CC	Identificar riscos	Identificar oportunidades	Definir processos
	Impacto sobre a estratégia de investimento: (b) Descreva o impacto dos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas sobre a estratégia de investimento	SG 1.3a CC SG 1.3b CC	Protocolos para alocação de ativos	Processos de análise de desempenho	Processos de <i>due diligence</i>
	Resiliência da estratégia de investimento: (c) Descreva a resiliência da estratégia de investimento, considerando diferentes cenários de mudanças climáticas, incluindo um cenário de ou abaixo de 2°C.	SG 13.1a CC	Avaliar cenários relacionados às mudanças climáticas	Realizar análise de cenários	Descrever as respostas
GESTÃO DE RISCOS	Avaliação dos riscos: (a) Descreva os processos utilizados para identificar e avaliar os riscos relacionados às mudanças climáticas	SG 14.7 CC SG 14.9 CC	Identificar as fontes dos dados	Realizar engajamento	Utilizar dados
	Gestão dos riscos (b) Descreva os processos utilizados para gerenciar os riscos relacionados às mudanças climáticas	SG 14.7 CC SG 14.8 CC	Avaliar a relevância	Priorizar os riscos	Mitigar os riscos
	Integração dos riscos: (c) Descreva como os riscos relacionados às mudanças climáticas são integrados aos processos de gestão de riscos	SG 14.7 CC	Governança dos riscos	Mensurar os riscos	Monitorar os riscos
MÉTRICAS/METAS	a) Utilização de métricas: Divulgue as métricas utilizadas para avaliar os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas de acordo com sua estratégia de investimento e seu processo de gestão de risco.	SG 14.4 CC SG 14.4a CC	Divulgar as métricas	↑ Analisar o processo ↓	↑ Conexão com a estratégia e a gestão de riscos ↓
	b) Mensuração de emissões de GEE: Divulgação de emissões de gases de efeito estufa de Escopo 1, Escopo 2 e, se apropriado, Escopo 3 e riscos relacionados.	SG 14.4a CC	Divulgar as emissões de GEE		
	c) Determinação de metas: Descreva as metas utilizadas para gerenciar riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, e o desempenho com relação às metas	SG 14.4b CC	Divulgar metas		

QUAIS SÃO AS AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA OS PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS NO CURTO PRAZO?

Como resumido anteriormente, este guia estabelece uma série de ações ao redor dos quatro pilares do protocolo da TCFD, mas nem todas serão factíveis para todos os proprietários de ativos já no início. De fato, os processos, recursos e ações podem precisar de tempo para serem desenvolvidos, dependendo do ponto de partida de cada proprietário de ativos. As ações prioritárias que os proprietários de ativos devem considerar no curto prazo para começar a se alinhar ao protocolo da TCFD incluem:

- **Governança:** Analise as estruturas de governança para se certificar de que haja processos efetivos de supervisão pelo conselho e processos internos de gestão para administrar com eficácia os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas.
- **Estratégia:** Comece o processo de análise de resiliência da carteira para cenários relacionados às mudanças climáticas, incluindo um resultado de 2 graus ou menos.
- **Gestão de Riscos:** Avalie a possível relevância financeira dos riscos relacionados às mudanças climáticas para a carteira de investimentos e avalie as ações que precisam ser implementadas para mitigar tais riscos e capturar novas oportunidades.
- **Métricas:** Faça a mensuração das emissões de GEE, quando houver dados disponíveis ou que possam ser razoavelmente estimados, para cada fundo ou estratégia de investimento.
- **Engajamento:** Faça engajamento com empresas e gestores terceirizados de fundos, para incentivar mais transparência e alinhamento com as recomendações da TCFD.
- **Divulgação:** Faça divulgação pública de todas as ações e resultados acima em relatórios anuais, e sobre riscos relacionados às mudanças climáticas no *PRI Reporting Framework*.

O QUE OS PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS DEVEM EXIGIR DE SEUS GESTORES TERCEIRIZADOS DE FUNDOS?

Para muitos proprietários de ativos que terceirizam a gestão, a implementação do protocolo da TCFD exigirá algum grau de engajamento com os gestores de fundos. Como parte desse processo, os proprietários de ativos podem solicitar que seus gestores de fundos divulguem o seguinte:

- **Intenção de fazer divulgação:** Se apoiam as recomendações da TCFD e se pretendem fazer divulgação de acordo com os principais pilares do protocolo.
- **Governança:** A estrutura de supervisão e gestão de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, e como tal estrutura mudou (ou mudará no futuro) devido às recomendações da TCFD.
- **Estratégia:** A estratégia para identificar os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas e como elas são delineadas no curto, médio e longo prazo.
 - Como parte da divulgação da estratégia, os gestores

de fundos podem explicar o impacto que este fator teve no desenvolvimento de produtos e na definição do mandato.

- Explicar se o impacto dos cenários relacionados às mudanças climáticas nos resultados futuros foi considerado como parte do processo de investimento, tanto em termos de risco e retorno esperado quanto para identificar novas oportunidades.
- Descrever o processo e os resultados do engajamento com empresas e outras entidades investidas sobre riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas.
- Fornecer detalhes dos registros de votação sobre deliberações relacionadas às mudanças climáticas.
- **Gestão de Riscos:** O processo de avaliação e integração dos riscos (físico e de transição) de investimento relacionados às mudanças climáticas nas decisões de investimento.
 - Como parte da divulgação da gestão de riscos, os gestores devem divulgar as empresas de 'risco mais alto' que não pretendem divulgar riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas de acordo com as recomendações da TCFD (para destacar a necessidade de intensificar os esforços de engajamento).
 - Se a análise de cenários for realizada, divulgar o processo, as premissas, conclusões e ações que surgiram da análise, incluindo a resiliência geral da carteira para um resultado de 2 graus ou menos.
 - Com relação ao exposto acima, descrever a avaliação das empresas e/ou ativos que estejam mais 'em risco' quanto aos riscos de transição e impacto físico, em que cenário climático e em que prazo.
 - Explicar como esses riscos são geridos, monitorados e mitigados.
- **Métricas e metas:** A utilização de métricas relacionadas às mudanças climáticas como parte do processo de investimento.
 - Fornecer, no mínimo, as emissões de GEE em base anual, de acordo com as recomendações da TCFD.
 - Explicar a metodologia e a lógica escolhidas, incluindo premissas e deficiências.
 - Descrever como tais métricas afetaram as decisões de investimento e os processos internos (incluindo atividades de engajamento e *valuations* de empresas).
 - Divulgar as metas relacionadas às mudanças climáticas que a organização adotou.
 - Explicar como o progresso em relação a tais metas está sendo monitorado ao longo do tempo.

O restante deste guia examina mais detalhadamente cada uma das recomendações da TCFD e fornece orientações para os proprietários de ativos sobre a implementação nos quatro pilares: governança, estratégia, gestão de riscos e métricas/metadados. O guia destaca algumas ações que podem ser colocadas em prática, incluindo ferramentas/recursos disponíveis para sustentar a análise de cenários, além de exemplos de alguns proprietários de ativos.

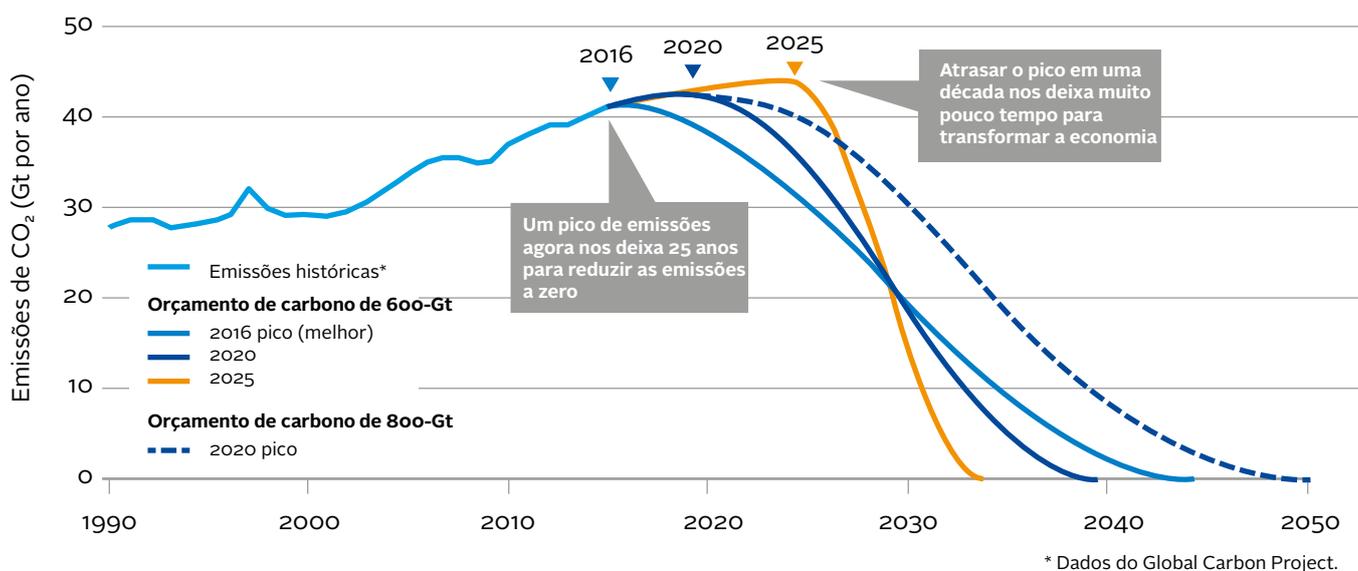
MUDANÇAS CLIMÁTICAS: POR QUE OS PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS DEVEM SE PREOCUPAR COM ELAS?

As mudanças climáticas são um multiplicador de riscos⁶. Agravam os problemas já existentes de segurança energética, de recursos e alimentar e estão aumentando as ocorrências de eventos climáticos extremos⁷. O tamanho e a inércia do sistema climático criam um atraso de muitas décadas entre o dióxido de carbono emitido hoje e seu impacto econômico total, o que significa que os riscos relacionados às mudanças climáticas aumentarão com o tempo.⁸

Os investidores podem estar com capital em risco como resultado da transição para a economia de baixo carbono, que está transformando a economia do setor energético.

Além disso, cumprir os objetivos do Acordo de Paris exigirá uma grande aceleração dessa tendência. A Figura 2 mostra os caminhos em direção a um mundo de dois graus. Como o que importa são as emissões acumuladas e não anuais, tanto uma quanto a outra exigem que as emissões globais cheguem a zero nos próximos 20 a 35 anos; um prazo mais longo exigiria o desenvolvimento e implantação em massa de tecnologia de emissão negativa. Portanto, a linha é bastante estreita entre o tempo restante antes que as emissões globais precisem começar a diminuir (2020) e a taxa anual de redução necessária a partir de então.

Figura 2: Os caminhos das emissões em direção a um mundo de dois graus. Fonte: Nature (2017) “Três anos para proteger nosso clima” 28 de junho de 2017.



As recomendações finais da TCFD identificaram dois tipos de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas para os investidores⁹:

■ **Riscos físicos:** Os impactos sobre passivos de seguros, ativos financeiros e disrupção no comércio devido a eventos climáticos mais frequentes e extremos; estresse na segurança alimentar, energética e de recursos que surge a partir das mudanças climáticas.

■ **Riscos de transição:** Os impactos do processo de ajuste para uma economia de baixo carbono até chegarmos ao zero carbono. Mudanças tecnológicas ou mudanças nas políticas públicas podem levar a uma reavaliação de uma grande variedade de ativos na medida em que os custos e as oportunidades se tornam aparentes.

Divulgações e informações de melhor qualidade sobre esses riscos são, portanto, essenciais para obtermos uma resposta eficiente do mercado para as mudanças climáticas.

6 IPCC (2014) Change 2014 Synthesis Report, página 3, disponível em <http://www.ipcc.ch/report/ars/syr/>

7 op. cit. página 5

8 op. cit.; King et al (2015), Climate Change: A Risk Assessment, página 45, <http://www.csap.cam.ac.uk/projects/climate-change-risk-assessment/>; Hanson et al (2005), Earth's Energy Imbalance: confirmation and implications, NASA Goddard Institute

9 Consulte as páginas 5-8 das [Recomendações da Força-tarefa do FSB para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas](#)

OS PRINCÍPIOS PARA A BOA DIVULGAÇÃO TCFD

Para ajudar os investidores a cumprir as divulgações recomendadas pela TCFD, o PRI incluiu novos indicadores relacionados às mudanças climáticas no Reporting Framework 2018, com base nas recomendações da TCFD. Estes indicadores são de preenchimento e divulgação opcional. As respostas poderão ser acessadas no formato de um relatório independente de transparência climática, que ajudará as organizações no alinhamento com as recomendações da TCFD.

A Figura 3 faz um resumo de alguns dos princípios que sustentam a boa divulgação TCFD. Vale a pena reiterar que a Figura 3 destaca os princípios de alto nível em relação à divulgação e não as ações que surgem a partir das recomendações da TCFD (sendo as ações o foco principal deste guia).

Figura 3: Os princípios para a boa divulgação TCFD. Fonte: Adaptado a partir das Recomendações da Força-tarefa do FSB para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas, Figura 4, página 14.

Em geral, as empresas devem aproximar suas divulgações das orientações contidas no relatório final da TCFD, páginas 19 a 23, considerando todos os itens mencionados ali. Orientações adicionais são fornecidas nos anexos do relatório.

A divulgação TCFD é uma jornada. Para se prepararem, as empresas podem começar com uma divulgação mais simples, mas também indicar um plano de divulgação plurianual que elevaria a complexidade ao longo do tempo.

Fator	Divulgação
1. Estratégia e Governança	Conforme descrito nas orientações, é importante deixar claro como os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas influenciam a estratégia da empresa – é importante descrever como .
2. Padronizada X específica da empresa	Declarações padronizadas e generalizadas, como ‘riscos relacionados às mudanças climáticas são reais’ e ‘a transição terá um enorme impacto’, devem ser evitadas. Em vez disso, as empresas devem discutir como podem ser impactadas e o que isso significa para sua estratégia.
3. Qualitativa X quantitativa	Divulgar métricas e metas, incluindo aquelas sugeridas nas orientações complementares (Anexo I). Por exemplo: Os proprietários de ativos devem fornecer a média ponderada da intensidade de carbono, quando houver dados disponíveis ou que possam ser razoavelmente estimados, para cada fundo ou estratégia de investimento. Além disso, os proprietários de ativos devem fornecer outras métricas que considerem úteis para a tomada de decisões e uma descrição da metodologia utilizada.
4. Análise de cenários	Considere vários cenários. Descreva como a administração os analisou e como os cenários afetam a estratégia. Para empresas do setor financeiro, é aceitável realizar a análise de cenários não para toda a carteira, mas sim para alguns setores principais. Esclareça como o cenário de 2 graus ou menos difere de outros cenários e como isso afeta as carteiras. Descreva premissas, métodos e resultados de forma clara (mais detalhes podem ser encontrados no ‘Guia técnico complementar para a utilização da análise de cenários na divulgação de riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas’ , do relatório da TCFD).
5. Onde a divulgação pode ser encontrada	Relatório anual, website, comunicações para membros

GOVERNANÇA

As recomendações da TCFD destacam a importância de se implementar boas estruturas de governança para garantir que haja uma supervisão eficaz dos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas. O PRI também vem enfatizando a importância dos protocolos de boa governança para englobar fatores Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) em toda a sua base de signatários, inclusive por meio do PRI Reporting Framework¹⁰ 2018, que incorpora indicadores relacionados às mudanças climáticas desenvolvidos com base nas recomendações da TCFD¹¹.

As recomendações específicas da TCFD em relação à governança dos impactos relacionados às mudanças climáticas (para todos os setores) incluem:

- Descrever como o conselho supervisiona riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas
- Descrever o papel da administração na avaliação e gestão de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas

O QUE ISSO SIGNIFICA PARA PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS?

Embora as Orientações da TCFD para Todos os Setores¹² tragam algumas sugestões de ações, elas são intencionalmente alto nível para garantir que sejam aplicáveis a todas as organizações, inclusive dos setores financeiro e não-financeiro¹³. Quanto a ações específicas para proprietários de ativos, é bom analisar as estruturas existentes de governança para garantir que haja supervisão adequada pelo conselho e gerenciamento adequado dos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, em linha com as recomendações da TCFD.

SUPERVISÃO PELO CONSELHO

A Figura 4 apresenta algumas ações que os proprietários de ativos podem implementar para melhorar a supervisão de questões relacionadas às mudanças climáticas pelo conselho.

Figura 4: Ações para proprietários de ativos aprimorarem a supervisão pelo conselho



¹⁰ PRI Reporting Framework 2018, Estratégia e Governança (2017)

¹¹ [Guidance on PRI Pilot Climate Reporting](#) (2018), com base nas recomendações da Força-tarefa do FSB para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas

¹² Consulte a página 19 das Recomendações da Força-tarefa do FSB para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas, <https://www.fsb-tcf.org/wp-content/uploads/2017/06/FINAL-TCFD-Report-062817.pdf>

¹³ FSB TCFD (2017), Implementing the Recommendations of the Task Force on Climate-related Financial Disclosures, Supplemental Guidance for the Financial Sector, Figura 8, página 22.

ESCLARECER AS RESPONSABILIDADES DE SUPERVISÃO

A TCFD inclui uma recomendação para que o conselho descreva como supervisiona riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas¹⁴. Com base em normas bem estabelecidas de melhores práticas de governança¹⁵, a supervisão incluirá ações como a articulação de responsabilidades, a garantia de que os representantes do conselho disponham de qualificação e conhecimento suficientes sobre mudanças climáticas, a concordância

com relação à frequência com que o conselho (e/ou comitês) analisará as questões relacionadas às mudanças climáticas e como tais informações servirão de fundamento para a supervisão da estratégia, do desempenho e para o acompanhamento do progresso ao longo do tempo, incluindo a definição de canais internos para divulgação. Alguns exemplos de ações implementadas por proprietários de ativos para reforçar as responsabilidades de supervisão são destacados na Figura 5.

Figura 5: Exemplos de proprietários de ativos: responsabilidades de supervisão.

<p>CalSTRS Fundo de pensão público dos EUA</p>	<p>A equipe de investimento do Fundo produz um relatório da Força-tarefa da Green Initiative que é aprovado pelo CIO e comunicado ao conselho anualmente.</p> <p>Relatório verde da CalSTRS</p> <p>Inclui as ações do Fundo relacionadas às mudanças climáticas nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Gestão de riscos com relação a impactos climáticos. ■ Análise das qualificações dos gestores de fundos quanto às mudanças climáticas. ■ Engajamento com empresas sobre questões relacionadas às mudanças climáticas. ■ Votação em propostas de acionistas relacionadas às mudanças climáticas. ■ Esforços de e participação em pesquisa relacionada às mudanças climáticas. ■ Alocação em ativos de baixo carbono e de eficiência energética. ■ Desempenho de ativos de investimento sustentável. ■ Fatores, perspectivas e outras iniciativas.
<p>Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB) Fundo de Pensão, Canadá</p>	<p>O Fundo criou um Grupo de Trabalho Interdepartamental para Mudanças Climáticas (CCWG) que analisa os riscos e as oportunidades relacionados às mudanças climáticas de acordo com acontecimentos globais.</p> <p>Abordagem do CPPIB para mudanças climáticas</p> <p>“O primeiro enfoque é uma análise <i>bottom-up</i> de nosso <i>due diligence</i> de investimento, pois se refere aos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas. O segundo ponto é considerar abordagens para uma avaliação <i>top-down</i> do risco relacionado às mudanças climáticas em nossa carteira total. O outro enfoque do CCWG é analisar como as mudanças climáticas estão posicionadas em nosso protocolo geral de riscos”.</p>

14 Consulte a página 19 das Recomendações da Força-tarefa do FSB para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas, <https://www.fsb-tcfd.org/wp-content/uploads/2017/06/FINAL-TCFD-Report-062817.pdf>

15 Embora as estruturas de governança sejam diferentes por regiões e tipos de organizações proprietárias de ativos (incluindo fundos de pensão públicos e privados, fundos soberanos, endowments, instituições de caridade e seguradoras), existem características comuns sobre o que é ‘boa governança’, incluindo: OECD Guidelines for Pension Fund Governance (<http://www.oecd.org/finance/private-pensions/oecdguidelinesforpensionfundgovernance.htm>); vários trabalhos apresentados no Fórum Global de Pensões Privadas da OCDE/IOPS de 2017 (<https://www.oecd.org/daf/fin/private-pensions/Oct-2017-OECD-IOPS-Global-Forum-Mauritius-Presentations.zip>); Ambachtsheer, K (vários), The State of Global Pension Fund Governance Today: Board Competency Still a Problem (http://w.cembenchmarking.com/Files/Documents/Governance_Study_Paper_June_2007.pdf), How effective is pension fund governance today, and do pension funds invest for the long term? Findings from a new survey (<http://kpa-advisory.com/policy-papers/how-effective-is-pension-fund-governance-today-and-do-pension-funds-invest-for-the-long-term-findings-from-a-new-survey/>); Clark, G., and Urwin, R. (vários) Leadership, collective decision-making, and pension fund governance (<http://wwwdocs.fce.unsw.edu.au/fce/Research/ResearchMicrosites/CPS/2008/papers/Clark.pdf>).

ARTICULAR OS RISCOS

É geralmente aceito que a melhor prática do setor para proprietários de ativos é ter um conjunto de 'princípios de investimento' ou 'princípios norteadores' para estruturar o desenvolvimento e a implementação de políticas e processos de investimento¹⁶.

É igualmente importante que os conselhos de administração articulem os princípios da organização no que diz respeito aos riscos relacionados às mudanças climáticas, como uma forma de orientar as decisões no médio e no longo prazos¹⁷. Exemplos de ações que alguns proprietários de ativos já implementaram para articular os riscos relacionados às mudanças climáticas podem ser encontrados na Figura 6.

Figura 6: Exemplos de proprietários de ativos: Articular os riscos das mudanças climáticas. Fonte: Material disponível para o público, retirado diretamente de websites e materiais de divulgação institucional.

<p>AP2 The Second AP Fund, Suécia</p>	<p>Position paper da AP2 sobre mudanças climáticas</p> <p>Um <i>position paper</i> sobre mudanças climáticas aprovado pelo CEO define as convicções, o processo de integração e as principais ações do Fundo para contribuir para a transição para a economia de baixo carbono.</p> <p><i>“As questões climáticas, e acima de tudo as mudanças climáticas, representam grandes riscos e grandes oportunidades para investidores de longo prazo, como a AP2. As mudanças climáticas têm potencial para impactar consideravelmente os retornos de longo prazo”.</i></p>
<p>CalPERS Fundo de pensão público dos EUA</p>	<p>Princípios de investimento da CalPERS</p> <p>Uma das principais convicções de investimento, aprovada pelo conselho, faz referências específicas às mudanças climáticas.</p> <p><i>“Convicção de investimento 9: O risco para a CalPERS é multifacetado e não é totalmente capturado por meio de medidas como volatilidade ou tracking error. Como um investidor de longo prazo, a CalPERS deve considerar fatores de risco como, por exemplo, as mudanças climáticas e a disponibilidade de recursos naturais que emergem lentamente por longos períodos de tempo, mas que podem ter um impacto relevante nos retornos da empresa ou da carteira”.</i></p>
<p>Norges Bank Investment Management Gestor do Fundo de Pensão do Governo, Global Norges Bank</p>	<p>Estratégia climática da NBIM</p> <p>A organização definiu suas convicções em uma estratégia para mudanças climáticas. O documento estabelece o propósito de se fazer a declaração, sua relevância para as decisões de gestão de investimentos e as expectativas quanto ao comportamento corporativo.</p> <p><i>“Eventos climáticos podem afetar o retorno da empresa e da carteira ao longo do tempo. Para reduzir o risco futuro e ampliar as oportunidades, a Norges Bank Investment Management tem interesse em mercados de carbono que funcionem bem e em outras medidas que possam contribuir para uma transição eficiente para uma economia de baixas emissões”.</i></p>

¹⁶ PRI (2018), o [Guia de Estratégias para Proprietários de Ativos: Como elaborar uma estratégia de investimento](#) discute a importância da visão e missão do proprietário de ativos como parte do processo da estratégia de investimento. Willis Towers Watson (2017), [Building stronger foundations – Investment beliefs](#). Bauer, R., et al (2010), [Investment Beliefs that Matter: New Insights into the Value Drivers of Pension Funds](#).

¹⁷ Mercer (2017), [Climate Risk – Can you Afford to Ignore it?](#) New FSB Guidelines present asset owners with a framework for expected action.

ANALISAR AS POLÍTICAS APROVADAS PELO CONSELHO

A maioria dos proprietários de ativos tem um conjunto de políticas de investimento que operacionalizam seus princípios de investimento; o mesmo se aplica aos fatores relacionados às mudanças climáticas. A inclusão de impactos relacionados às mudanças climáticas nas políticas de investimento ajudará a criar um protocolo abrangente

para orientar a abordagem da organização com relação ao gerenciamento de oportunidades e riscos relacionados às mudanças climáticas¹⁸. As políticas de investimento também podem ajudar as organizações a atender aos requisitos regulatórios em evolução, além de fornecer informações valiosas para os *stakeholders* e beneficiários finais. Alguns exemplos de ações que os proprietários de ativos vêm implementando para adotar políticas aprovadas pelo conselho com relação às mudanças climáticas podem ser encontrados na Figura 7.

Figura 7: Exemplos de proprietários de ativos: Políticas aprovadas pelo conselho. Fonte: Material disponível para o público, retirado diretamente de websites e materiais de divulgação institucional.

<p>NZ Super Fund Fundo de pensão da Nova Zelândia</p>	<p>O Fundo tem uma estratégia de investimento para mudanças climáticas aprovada pelo conselho: NZ Super Climate Change Strategy</p> <p>Além de um <i>paper</i> aprovado pelo conselho sobre Redução de Carbono: NZ Super Carbon Reduction paper</p>
<p>AP4 The Fourth Swedish National Pension Fund</p>	<p>Política da AP4 para mudanças climáticas</p> <p>O Fundo publicou várias declarações de posicionamento, <i>papers</i> de pesquisa e metas com relação às mudanças climáticas através de seu website e de comunicados para a imprensa.</p> <p>O Fundo menciona as mudanças climáticas em sua Política de Titularidade, aprovada pelo conselho. O Fundo compartilha suas metas e resultados anualmente em seu website.</p>
<p>Ilmarinen Fundo de pensão e seguradora da Finlândia</p>	<p>A empresa possui uma política para mudanças climáticas, aprovada pela equipe de gestão da política de titularidade, que prepara um relatório para o conselho uma vez por ano. A política define um roteiro de ação para o período de 2016-2020, incluindo 8 metas e resultados mensuráveis relacionados.</p> <p>As mudanças climáticas também são um destaque no Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa, incluindo métricas de redução de carbono e análise do alinhamento de 2 graus.</p>

O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO

A TCFD incluiu uma recomendação para que a administração da organização descreva seu papel na avaliação e no gerenciamento de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas¹⁹. Para os proprietários de ativos, este processo deve invariavelmente envolver a análise do papel do CEO, CIO, bem como dos gestores de investimento internos e terceirizados, da equipe de ASG e

de consultores e outros prestadores de serviços. A TCFD também recomenda que os proprietários de ativos descrevam os processos utilizados para implementar políticas e atingir suas metas, e esclareçam os processos de divulgação. A Figura 8 apresenta algumas ações que os proprietários de ativos podem implementar para descrever o papel da administração na governança de questões relacionadas às mudanças climáticas.

¹⁸ Consulte, por exemplo, PRI (2018), [Guia de Estratégias para Proprietários de Ativos: Como Elaborar uma Estratégia De Investimento](#); e PRI (2016) [Política de Investimento: Processo e prática. Um guia para proprietários de ativos](#)

¹⁹ Consulte a página 19 das Recomendações da Força-tarefa do FSB para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas, <https://www.fsb-tcfd.org/wp-content/uploads/2017/06/FINAL-TCFD-Report-062817.pdf>

Figura 8: Gerenciamento de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas



DEFINIR AS RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

O ponto central das normas de melhores práticas de governança do setor de investimentos é a necessidade de esclarecer o papel da administração na execução diária e na implementação da estratégia e das políticas de investimento aprovadas pelo conselho²⁰. Os mesmos padrões de governança se aplicam ao gerenciamento de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, considerando-se os papéis do CEO, CIO, de equipes internas de gestão de carteira, gestores terceirizados de fundos, da equipe e dos consultores de ASG, além de consultores de investimento e outros prestadores de serviços. Os proprietários de ativos também devem definir como as responsabilidades da administração se vinculam ao conselho (e/ou aos comitês ou subcomitês do conselho) em termos de comunicação com o conselho e processos de tomada de decisões.

DEFINIR PROCESSOS

A TCFD incluiu uma recomendação para que a administração da organização defina os processos para avaliar, gerenciar e monitorar os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas ao longo do tempo²¹. Embora algumas organizações proprietárias de ativos tenham equipes internas e experiência em questões relacionadas às mudanças climáticas, outras podem depender de informações obtidas de seus consultores, gestores terceirizados de fundos, consultores de ASG e/ou prestadores de serviços. Não há uma norma de melhores práticas quanto a isso para este setor, pois as circunstâncias e recursos variam para cada fundo; em vez disso, os proprietários de ativos são incentivados a definir seus processos e descrever como funcionam na prática. Algumas das questões que a administração da organização proprietária de ativos pode considerar como parte desse processo são descritas na Figura 9.

²⁰ Observa-se amplamente que os principais componentes da boa governança incluem transparência, sistemas para resolução de conflitos e prestação de contas para cada cargo – inclusive o papel da administração e como se relaciona com o Conselho em suas responsabilidades de supervisão e fiduciária. Consulte, por exemplo, Stewart, F. e J. Yermo (2008), “Pension Fund Governance: Challenges and Potential Solutions”, OECD Working Papers on Insurance and Pensions, nº 18, publicação da OCDE; e PRI (2018), Guia de Estratégias para Proprietários de Ativos: Como Elaborar uma Estratégia de Investimento

²¹ Consulte a página 19 das Recomendações da Força-tarefa do FSB para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas, <https://www.fsb-tcfd.org/wp-content/uploads/2017/06/FINAL-TCFD-Report-062817.pdf>

Figura 9: Processos para o gerenciamento de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas

<p>(1) Processos para avaliar riscos e oportunidades:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Informações: No nível da carteira, considere quais informações são necessárias para avaliar riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas e onde elas podem ser obtidas. ■ Recursos internos: Até que ponto os riscos e oportunidades podem ser avaliados utilizando-se recursos internos, incluindo gestores internos de fundos, especialistas em ASG, especialistas em riscos ou outros membros da equipe. ■ Gestores terceirizados de fundos: No nível do mandato e quando os ativos estão em gestão externa, avalie os processos utilizados por gestores terceirizados de fundos para avaliar riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas como parte de seu processo de investimento. ■ Consultores: Esclareça o papel dos consultores de investimento e/ou dos prestadores de serviços para fornecer mais informações para a avaliação de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas.
<p>(2) Processos para monitorar riscos e oportunidades:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Frequência: Especifique a frequência para o processo de monitoramento. ■ Processo interno de análise: Monitore os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas no nível da carteira e identifique quaisquer mudanças notáveis nas perspectivas de avaliações anteriores (por exemplo, preparação de documentos informativos por funcionários internos, consultores e/ou relatórios de gestores terceirizados de fundos). ■ Gestores terceirizados de fundos: Analise a eficácia dos processos utilizados por gestores terceirizados, incluindo seus esforços de divulgação externa, e faça perguntas complementares como sugerido no Destaque 2.
<p>(3) Processos para gerenciar riscos e oportunidades:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Ações: Considere o curso de ação apropriado a ser adotado para mitigar os riscos identificados e/ou capturar novas oportunidades, de acordo com as políticas e os princípios de investimento. Por exemplo, pode incluir a alteração do mandato de investimento existente, a alocação para novos mandatos, reforçar o engajamento com gestores de fundos, empresas e governantes, etc. ■ Monitoramento: Mantenha um ciclo contínuo de avaliação de riscos e oportunidades, conforme estabelecido em (1). ■ Mudanças: Analise e responda a quaisquer mudanças identificadas na avaliação de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas ao longo do tempo.

DIVULGAR O PROCESSO E PROGRESSO

A divulgação do processo de gerenciamento de impactos relacionados às mudanças climáticas envolverá algumas considerações sobre os canais internos de divulgação, os mecanismos externos de divulgação, bem como aspectos práticos em torno do formato e da frequência da divulgação. Para implementar essa recomendação, a administração das organizações proprietárias de ativos precisará divulgar o progresso do gerenciamento de impactos relacionados às mudanças climáticas tanto interna quanto externamente. Com relação à divulgação externa, a atualização do PRI *Reporting Framework* 2018: Estratégia e Governança²² incorpora indicadores específicos relacionados às mudanças climáticas, que são mapeados para as recomendações da TCFD²³. Algumas das questões que a administração pode querer considerar como parte dessas deliberações estão incluídas na Figura 10, e tratadas em maior profundidade em ‘Os princípios para a boa divulgação TCFD’.

Figura 10: Divulgação pela administração dos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas

- Como podemos divulgar melhor (para o Conselho e os comitês de investimento relacionados) o progresso da gestão interna de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas? P.ex. por meio de *board papers*, *workshops*, de outro modo?
- Quais é a melhor maneira de divulgar nossas atividades para o público externo? P.ex., através do PRI *Reporting Framework*, do website, de comunicados para membros, de outro modo?
- Quais informações devem ser incluídas na divulgação?
- Com que frequência devemos fazer divulgação?
- Quem precisará ser envolvido na preparação das informações? Serão equipes diferentes para a divulgação interna e externa? P.ex., equipe interna de investimento, equipe de ASG, equipe de marketing e comunicações, prestadores de serviços, outros?

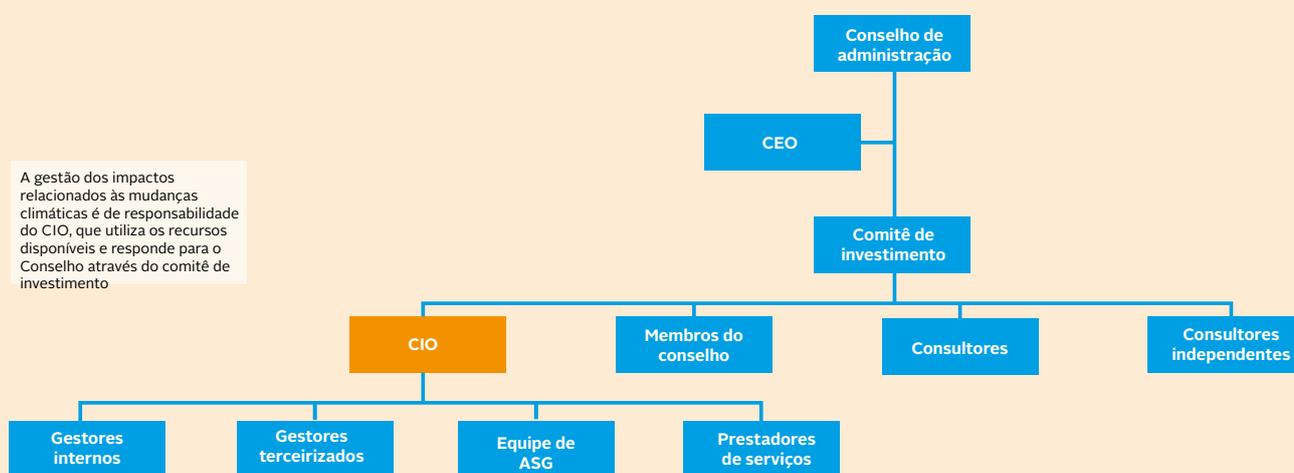
²² PRI *Reporting Framework* 2018, *Estratégia e Governança*: Indicadores relacionados às mudanças climáticas (2017)

²³ PRI *Reporting Framework* 2018: *Estratégia e Governança* (somente indicadores relacionados às mudanças climáticas), página 5, com mais detalhes nas páginas 8-9

DESTAQUE 1

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E ESQUEMA DE GOVERNANÇA PARA INCORPORAR IMPACTOS RELACIONADOS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Um exemplo ilustrativo das responsabilidades da administração e do esquema de governança de uma organização proprietária de ativos pode ser visto abaixo. Este organograma se concentra principalmente nas relações do comitê de investimento e em como os impactos relacionados às mudanças climáticas podem ser transmitidos às equipes de gestão e de volta ao Conselho e aos comitês relacionados. Sugere, neste exemplo em particular, que a responsabilidade de gestão pode ser do CIO e das equipes de investimento, da equipe de ASG e/ou de consultores que se enquadram nas responsabilidades do CIO. O CIO pode, então, responder de volta ao comitê de investimento e ao Conselho através dos canais normais de divulgação.



Alternativamente, os proprietários de ativos também podem incorporar impactos relacionados às mudanças climáticas nas responsabilidades do comitê de gestão de riscos, ou outros subcomitês relacionados. É importante notar que não há uma solução única de esquema de governança para todos os fundos de pensão, dada a miríade de diferentes estruturas de fundos, comitês e regulamentos que existem entre jurisdições e tipos de fundos. É importante ressaltar que as recomendações da TCFD enfatizam a necessidade de as organizações (incluindo os proprietários de ativos) considerarem e explicarem os esquemas utilizados, ao invés de oferecer uma solução única para todos. Este exemplo ilustrativo tem como objetivo servir como base de discussão, pois os proprietários de ativos fazem sua própria análise dos esquemas de governança.

ESTRATÉGIA

As recomendações da TCFD destacam a importância de se integrar os impactos relacionados às mudanças climáticas aos negócios, à estratégia e ao planejamento financeiro da organização²⁴, incluindo:

- **A identificação de riscos e oportunidades** – Descreva os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas no curto, médio e longo prazos
- **Impacto sobre a estratégia de investimento** – Descreva o impacto dos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas sobre a estratégia de investimento
- **Resiliência da estratégia de investimento** – Descreva a resiliência da estratégia de investimento, considerando diferentes cenários de mudanças climáticas, incluindo um cenário de ou abaixo de 2°C

O QUE ISSO SIGNIFICA PARA PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS?

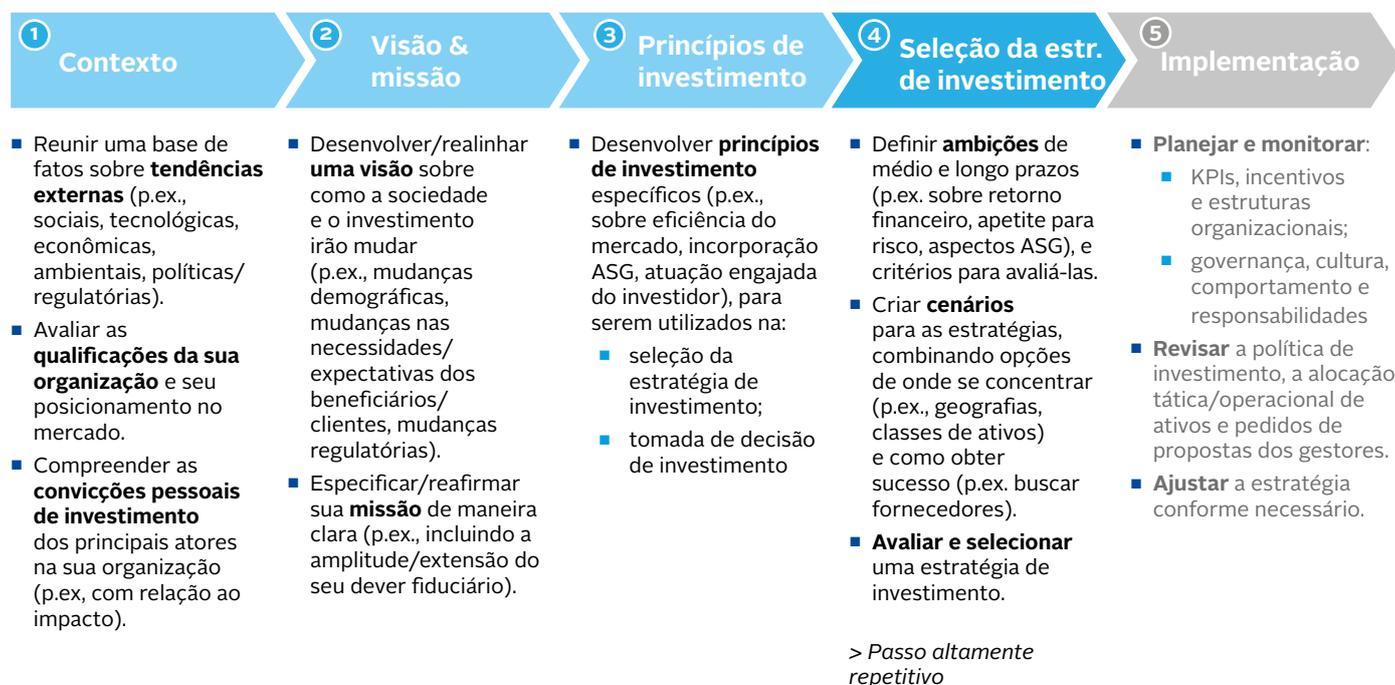
Elaborar uma estratégia de investimento é o primeiro passo do processo global de investimento do proprietário de ativos. Os proprietários de ativos devem elaborar uma estratégia de investimento clara e explícita que considere, de maneira abrangente: todas as tendências de longo prazo

que afetem suas carteiras, como o fundo cumpre o dever fiduciário do proprietário de ativos e como pode operar da maneira mais eficiente possível para beneficiários e outros *stakeholders*.

A análise das tendências de longo prazo que afetam as carteiras deve incluir todos os riscos e oportunidades relevantes relacionados às mudanças climáticas. Os proprietários de ativos precisam garantir que avaliam o impacto de riscos e oportunidades relevantes relacionados às mudanças climáticas sobre sua estratégia de investimento e analisaram a resiliência da estratégia de investimento a cenários relacionados às mudanças climáticas, em linha com as recomendações da TCFD.

O Guia de Estratégias para Proprietários de Ativos do PRI propõe um processo para a criação da estratégia, enfatizando que para que criem raízes na organização, quaisquer considerações sobre investimento responsável devem fazer parte do processo central da estratégia de investimento. Exemplos de como alguns proprietários de ativos estão conectando riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas à estratégia de investimento podem ser encontrados abaixo.

Figura 11: Elaboração da estratégia de investimento Fonte: Guia de Estratégias para Proprietários de Ativos do PRI



Comunicação

As discussões sobre investimento responsável devem fazer parte do processo central da estratégia de investimento e não configurar um esforço paralelo.

24 Consulte a página 20 das Recomendações da Força-tarefa do FSB para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas

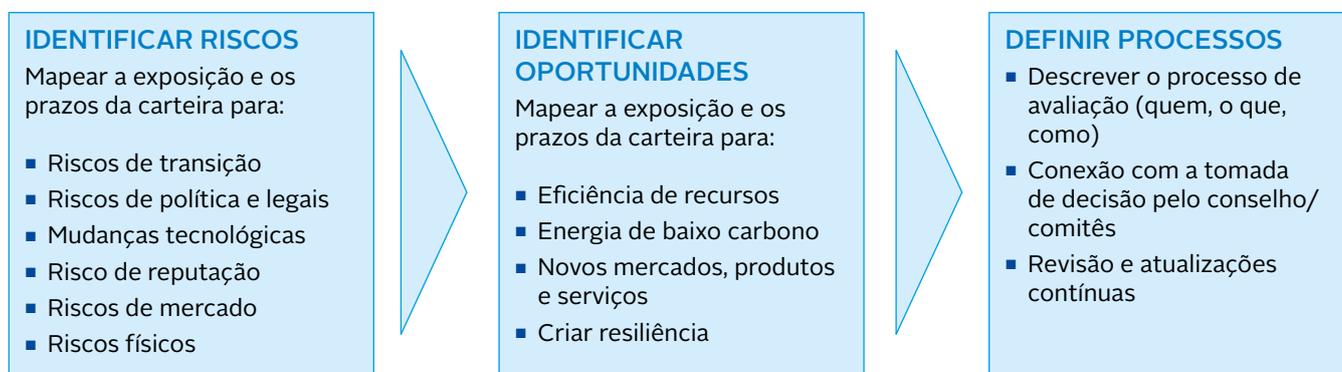
Figura 12: Exemplos de conexão entre a estratégia e os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas. Fonte: Material disponível para o público, retirado diretamente de websites e materiais de divulgação institucional.

<p>NZ Super Fund Fundo de pensão da Nova Zelândia</p>	<p>O conselho aprovou uma meta para reduzir a intensidade de emissões de carbono do Fundo em pelo menos 20% e reduzir a exposição a reservas de carbono do Fundo em pelo menos 40% até 2020. Os Guardians pretendem divulgar, pública e anualmente, a pegada de carbono do Fundo em relação a essas metas.</p> <p>Renda variável de baixo carbono do NZ Super</p> <p>O Fundo também transformou sua carteira de renda variável passiva global (NZ\$ 14 bilhões) em uma carteira de baixo carbono.</p>
<p>ERAFP Fundo de pensão público da França</p>	<p>O Fundo possui uma declaração geral de posicionamento para mudanças climáticas em seu website. As mudanças climáticas são mencionadas em seu estatuto de ISR aprovado pelo conselho, que atribui grande importância à necessidade de se limitar as emissões de gases de efeito estufa (GEE).</p> <p>O Fundo se comprometeu a mensurar e relatar suas emissões de carbono anualmente. O Fundo investiu €750 milhões de seus investimentos em renda variável em gestão passiva em uma solução sob medida, que reduziu a intensidade de carbono em “cerca de 40%”.</p> <p>O Fundo também está se preparando para investir €50 milhões até o final de 2017 em fundos internacionais de renda variável destinados a combater as mudanças climáticas.</p>

IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES

A Figura 13 apresenta algumas ações possíveis que os proprietários de ativos podem implementar para identificar riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas e para definir os processos relacionados, a partir do relatório final e das recomendações da TCFD, além de outras fontes.

Figura 13: Ações para proprietários de ativos identificarem riscos e oportunidades. Fonte: Adaptado do Relatório Final, Recomendações da TCFD, Tabela 1, páginas 10-11.



IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES

Em linha com as recomendações da TCFD, os proprietários de ativos podem se concentrar na identificação de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, mapeando a exposição de mandatos de investimento, carteiras ou ativos específicos considerados mais ‘sensíveis’ a impactos relacionados às mudanças climáticas e/ou podem fazer uma avaliação da carteira total, englobando todos os ativos. Uma série de guias setoriais e ferramentas para investidores foi desenvolvida nos últimos anos para auxiliar os proprietários de ativos nesse processo²⁵; a Figura 14 destaca alguns deles.

DEFINIR PROCESSOS

O mais importante para os proprietários de ativos, segundo as recomendações da TCFD, é a necessidade de iniciar a jornada de identificação dos principais riscos e oportunidades em diferentes períodos de tempo (se já não estiver em andamento) e ter um processo bem articulado com uma conexão clara com a tomada de decisão no nível do Conselho e/ou dos comitês. Alguns dos aspectos envolvidos na definição de processos incluem a descrição do processo de avaliação, a definição de como este processo se relaciona com a tomada de decisões pelo Conselho e pelos comitês, e o processo contínuo de revisão e atualização (interna e externamente).

IMPACTO SOBRE A ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO

Além das recomendações para ‘todos os setores’, a TCFD apresentou [orientações adicionais](#) para proprietários de ativos considerarem o impacto de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas em sua estratégia de investimento.

ORIENTAÇÕES ADICIONAIS DA TCFD PARA PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS (B):

Os proprietários de ativos devem descrever como os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas são considerados nas estratégias de investimento. Podem descrever a partir da perspectiva geral do fundo ou da estratégia, ou de estratégias de investimento individuais para várias classes de ativos.

Fonte: FSB TCFD (2017) Implementing the Recommendations of the TCFD, página 35

Figura 14: Abordagens para identificar riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas

Análise de alocação de ativos	Quais classes de ativos, regiões e mandatos de investimento contribuem mais para os riscos relacionados às mudanças climáticas? Quais são mais propensos a apresentar oportunidades? Em quais prazos?
Análise setorial	Quais setores da carteira são mais sensíveis a fontes de risco relacionadas às mudanças climáticas?
Análise de empresas	Quais empresas são mais sensíveis e menos preparadas para responder aos impactos relacionados às mudanças climáticas?
Emissões e pegada de carbono	Qual é a exposição da carteira de renda variável às emissões de carbono em termos absolutos e relativos? Quais mandatos de investimento contribuem mais para esta exposição? Que empresas investidas são as maiores emissoras de carbono?
Análise de cenários	Quais são as principais fontes de risco e oportunidades para a carteira em diferentes cenários de mudanças climáticas?
Análise de ativos “ociosos”	Quais ativos correm o maior risco de ficarem ociosos em resposta a mudanças políticas e tecnológicas? Em quais prazos?

Há uma série de possíveis interpretações sobre o que essas recomendações e orientações podem significar na prática para incorporar impactos relacionados às mudanças climáticas na estratégia de investimento do proprietário de ativos. Tirando proveito das melhores práticas e orientações emergentes sobre a incorporação de fatores ASG na estratégia de investimento²⁶, algumas das possíveis ações a serem implementadas são destacadas na Figura 15.

A análise de cenários e seu potencial impacto sobre a estratégia de investimento do proprietário de ativos serão discutidos em detalhes mais adiante neste guia.

²⁵ Consulte, por exemplo: PRI (2015), Developing an Asset Owner Climate Change Strategy; IIGCC, IGCC, Ceres/INCR (2015), Climate Change Investment Solutions: A Guide for Asset Owners; Asset Owners Disclosure Project (2017) Climate Change Best Practice methodology

²⁶ Consulte, por exemplo: PRI (2016), Política de Investimento: processo e prática: Um guia para proprietário de ativos; PRI (2016), Crafting and Investment Strategy: A process guidance for asset owners; PRI (2015), Developing an Asset Owner Climate Change Strategy

Figura 15: Ações para proprietários de ativos incorporarem o impacto na estratégia de investimento.



RESILIÊNCIA DA ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO

O terceiro pilar das recomendações da TCFD em relação a como os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas precisam estar refletidos na estratégia de investimento do proprietário de ativos trata da resiliência da estratégia de investimento, principalmente em diferentes cenários de mudanças climáticas²⁷. Além das recomendações para ‘todos os setores’, a TCFD apresentou as [orientações adicionais](#) a seguir para proprietários de ativos considerarem o impacto de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas em sua estratégia de investimento.

A TCFD também publicou um [Suplemento Técnico](#) sobre a utilização da análise de cenários que os proprietários de ativos devem estudar em profundidade²⁸.

ORIENTAÇÕES ADICIONAIS DA TCFD PARA PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS (B):

Os proprietários de ativos que fazem análise de cenários devem apresentar uma discussão sobre como utilizam os cenários relacionados às mudanças climáticas para, por exemplo, fundamentar investimentos em ativos específicos.

Fonte: FSB TCFD (2017) Implementing the Recommendations of the TCFD, página 35

Para complementar as orientações e o Suplemento Técnico da TCFD, existem novas ferramentas, pesquisas e práticas do setor em que os proprietários de ativos podem se basear para formular suas ações para considerar a resiliência de sua estratégia de investimento a diferentes cenários de mudanças climáticas (consulte ‘Análise de cenários’ para uma discussão detalhada sobre este tema)²⁹.

²⁷ Consulte a página 20 das Recomendações da Força-tarefa do FSB para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas

²⁸ FSB TCFD (2017) Technical Supplement: The use of scenario analysis in disclosure of climate-related risks and opportunities

²⁹ Consulte, por exemplo: Dietz, Simon, et. al. (2016), “Climate value at risk of global financial assets.” Nature Climate Change, 6: 676-679. 2016; Mercer, IFC e Carbon Trust (2011), Climate Change Scenarios – Implications for Strategic Asset Allocation. 2011; Mercer (2015), Investing in a Time of Climate Change; 2º Investing Initiative (2016). Transition Risk Toolbox: Scenarios, Data, and Models; IIGCC, IGCC, Ceres/INCR (2015), Climate Change Investment Solutions: A Guide for Asset Owners; Ceres (2017), A Framework for two degrees Scenario Analysis: A Guide for Oil and Gas Companies and Investors for Navigating the Energy Transition; CICERO (2018), Climate scenarios demystified: A climate scenario guide for investors.

GESTÃO DE RISCOS

O terceiro pilar das recomendações da TCFD enfatiza a necessidade de as organizações gerenciarem os riscos relacionados às mudanças climáticas e de demonstrarem como tais riscos são integrados aos processos de gestão de riscos. A TCFD incluiu uma recomendação específica para:

- **Avaliar os riscos** – Descreva os processos utilizados para identificar e avaliar os riscos relacionados às mudanças climáticas
- **Gerenciar os riscos** – Descreva os processos utilizados para gerenciar os riscos relacionados às mudanças climáticas
- **Integrar os riscos** – Descreva como estes processos são integrados à gestão de riscos

O QUE ISSO SIGNIFICA PARA PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS?

Os proprietários de ativos precisam garantir que identificaram, avaliaram, gerenciaram e integraram os riscos de investimento relacionados às mudanças climáticas em seus processos de gestão de riscos, de acordo com as recomendações da TCFD.

AVALIAÇÃO DOS RISCOS

Além das recomendações para ‘todos os setores’, a TCFD apresentou orientações adicionais para proprietários de ativos aplicarem durante a avaliação dos riscos relacionados às mudanças climáticas para suas carteiras.

ORIENTAÇÕES ADICIONAIS DA TCFD PARA PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS (A):

Os proprietários de ativos devem descrever, se apropriado, as atividades de engajamento com empresas investidas para estimular melhores divulgações e práticas relacionadas às mudanças climáticas, com o propósito de melhorar a disponibilização de dados e permitir ao proprietário de ativos uma melhor avaliação dos riscos relacionados às mudanças climáticas.

Fonte: FSB TCFD (2017) Implementing the Recommendations of the TCFD, página 35

A Figura 16 apresenta algumas ações possíveis que os proprietários de ativos podem implementar para avaliar os riscos relacionados às mudanças climáticas para seus investimentos, a partir do relatório final e das recomendações da TCFD, além de outras fontes.

Figura 16: Ações para proprietários de ativos avaliarem riscos e oportunidades.



IDENTIFICAR AS FONTES DOS DADOS

Existem diferentes maneiras de os proprietários de ativos acessarem dados e informações sobre riscos relacionados às mudanças climáticas, alguns dos quais estão listados na Figura 17.

Figura 17: Maneiras de acessar informações sobre riscos relacionados às mudanças climáticas.

Consultores e assessores terceirizados	Quais riscos relacionados às mudanças climáticas são incorporados ao aconselhamento e aos serviços prestados por consultores de investimentos e outros assessores?
Pesquisa de analistas/gestores de fundos	Quais riscos relacionados às mudanças climáticas são incorporados à pesquisa de analistas e gestores de fundos? Até que ponto a pesquisa é específica por empresa/ativo?
Divulgação corporativa	Até que ponto as investidas divulgam publicamente seus riscos relacionados às mudanças climáticas? Que protocolo de divulgação utilizam? Onde estão as maiores lacunas?
Pesquisa de mudanças climáticas	Que pesquisas científicas e específicas sobre mudanças climáticas estão disponíveis e são relevantes para avaliar os riscos de transição e de impacto físico das mudanças climáticas para os investimentos?
Fornecedores de dados	Quais dados e ferramentas relacionados às mudanças climáticas, específicos por empresas ou ativos, são disponibilizados por fornecedores de dados e de pesquisa?
Pesquisa de ONGs/outros	Que outras fontes de pesquisa e dados relacionados às mudanças climáticas estão disponíveis a partir de fontes alternativas de informação, incluindo órgãos científicos, ONGs, think-tanks e grupos setoriais que os proprietários de ativos podem utilizar?

REALIZAR ENGAJAMENTO

A TCFD incentiva os proprietários de ativos a realizarem engajamento com as entidades que fazem divulgação para reduzir a assimetria de informações e melhorar a disponibilidade de dados por meio da divulgação, por empresas investidas e outras entidades, de informações relacionadas às mudanças climáticas. Existem várias ações de engajamento que os proprietários de ativos podem implementar a fim de promover a adoção mais ampla das recomendações da TCFD sobre a divulgação de riscos relacionados às mudanças climáticas, incluindo:

- Voto à distância: apoiar deliberações cujo propósito seja o de melhorar a divulgação de riscos relacionados às mudanças climáticas.

Exemplo: Acionistas da ExxonMobil votam por melhor divulgação dos riscos de mudanças climáticas da empresa

Em 2017, mais de 50 dos acionistas institucionais da ExxonMobil votaram a favor da deliberação que solicitava que a empresa produzisse um relatório anual sobre os riscos para seus negócios causados por mudanças climáticas extremas e por políticas públicas que buscam reduzir as emissões de carbono. A deliberação, à qual o Conselho de Administração da empresa se opôs, acabou recebendo o voto favorável de 62% das ações durante a assembleia anual da Exxon, realizada em maio de 2017.

- Engajamento direto: realizar engajamento direto com as investidas para incentivá-las a divulgar os riscos relacionados às mudanças climáticas, de acordo com as recomendações da TCFD.

Exemplo: Vanguard pede às empresas que adotem divulgação de riscos relacionados às mudanças climáticas

Em agosto, o CEO da Vanguard publicou uma carta aberta aos membros do conselho de empresas de capital aberto em todo o mundo, destacando os riscos relacionados às mudanças climáticas como um risco em potencial para o valor de muitas empresas. A carta incentivou o uso da divulgação dos “riscos de sustentabilidade que afetam os projetos de geração de valor de longo prazo das empresas”. McNabb pressionou os membros do conselho para que avaliem os potenciais riscos relacionados às mudanças climáticas e considerem como parte de sua responsabilidade fundamental divulgar riscos relacionados e relevantes.

- Engajamento colaborativo: participar de iniciativas colaborativas de investidores focadas no aprimoramento da divulgação corporativa sobre riscos relacionados às mudanças climáticas.

Exemplo: Climate Action 100+

Em dezembro de 2017, 225 investidores com mais de US\$ 26,3 trilhões de ativos sob gestão se comprometeram a fazer engajamento com mais de 100 empresas para acelerar ações que tratem das mudanças climáticas. Mais especificamente, como parte de seu engajamento colaborativo, investidores de todo o mundo estão pedindo às empresas que: implementem uma forte estrutura de governança que articule claramente a prestação de contas e a supervisão do conselho com relação ao risco das mudanças climáticas; coloquem medidas em prática para reduzir as emissões de gases de efeito estufa em toda a cadeia de valor; aprimorem a divulgação corporativa, em linha com as recomendações da TCFD.

- Engajamento com gestores de carteira: solicitar que os gestores de fundos façam engajamento com empresas investidas para melhorar os padrões da divulgação relacionada às mudanças climáticas (Destaque 2)
- Prestadores de serviços de engajamento: utilizar os serviços de prestadores de serviços de engajamento corporativo para incentivar as empresas a fazer divulgação de riscos relacionados às mudanças climáticas conforme estabelecido nas recomendações da TCFD.

UTILIZAR DADOS

Os proprietários de ativos precisam comunicar (interna e externamente) como utilizarão dados e informações disponíveis sobre riscos relacionados às mudanças climáticas. A comunicação não somente aprimora os processos de gestão de riscos das organizações proprietárias de ativos, solidificando um processo contínuo de avaliação de riscos relacionados às mudanças climáticas, mas também incentiva as empresas a continuarem melhorando a divulgação de tais riscos, uma vez que está claro que essas informações estão cada vez mais sendo incorporadas aos processos de tomada de decisão de investimento.

DESTAQUE 2**ENGAJAMENTO COM GESTORES DE FUNDOS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DA TCFD**

Os proprietários de ativos podem fazer engajamento com gestores de fundos sobre riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas e incentivá-los a apoiar as recomendações da TCFD, inclusive fazendo perguntas em relação a:

1. Apoio de toda a organização para as recomendações da TCFD:

- Sua organização apoia as recomendações da TCFD?
- Em caso negativo, justifique tal decisão.
- Em caso afirmativo, quando o plano de implementação será colocado em prática?

2. Governança:

- Sua organização incluiu impactos relacionados às mudanças climáticas como parte das responsabilidades de supervisão do conselho e/ou da administração?
- Em caso negativo, justifique.
- Em caso afirmativo, explique como esse processo de supervisão funciona na prática.
- Os impactos relacionados às mudanças climáticas estão incluídos nos princípios e nas políticas de investimento da organização?
- Quais processos são utilizados para implementar tais princípios e políticas internamente?
- Como o progresso é analisado, por quem e com que frequência?

3. Estratégia:

- Há uma estratégia abrangendo toda a organização para identificar riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas?
- Em caso negativo, justifique.
- Em caso afirmativo, até que ponto esses impactos são delineados no curto, médio e longo prazos?
- Que impacto, se houver, essa estratégia teve nos planos da organização para o desenvolvimento e *design* do produto (para mandatos novos e existentes)?
- A organização analisou o impacto dos cenários relacionados às mudanças climáticas nos resultados futuros em termos de risco e retorno esperados e para identificar novas oportunidades?
- Descreva o como você faz engajamento com empresas e/ou entidades investidas sobre riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas.
- Forneça detalhes dos registros de votação da sua organização em deliberações relacionadas às mudanças climáticas.

4. Gestão de riscos:

- Foi estabelecido um processo para avaliar e integrar os riscos de investimento relacionados às mudanças climáticas (transição e impactos físicos) às decisões de investimento?
- Em caso negativo, justifique.
- Em caso afirmativo, que fontes de informação e dados são utilizadas e por quê?
- Você é capaz de determinar as empresas e/ou entidades investidas que não pretendem divulgar os impactos relacionados às mudanças climáticas segundo as recomendações da TCFD?
- Você é capaz de avaliar a resiliência da carteira para um cenário de 2 graus ou menos e divulgar essa avaliação anualmente?
- Qual sua avaliação dos ativos da carteira que estão mais 'em risco' quanto aos impactos das mudanças climáticas (riscos de transição e impacto físico), em que cenário climático e em que prazo?
- Como você está reagindo a essa avaliação em termos de mitigação dos riscos?
- Qual é o seu processo para monitorar esses riscos ao longo do tempo?

5. Métricas e metas:

- Quais métricas relacionadas às mudanças climáticas, se houver, sua organização utiliza?
- Descreva como tais métricas afetaram as decisões de investimento.
- Caso ainda não o faça, você estaria disposto a divulgar anualmente as emissões de GEE da carteira, de acordo com as recomendações da TCFD?
- Sua organização adotou metas relacionadas às mudanças climáticas?
- Em caso afirmativo, forneça detalhes sobre como o progresso será monitorado ao longo do tempo.

GESTÃO DOS RISCOS

Além das recomendações para ‘todos os setores’, a TCFD apresentou orientações adicionais para proprietários de ativos com relação ao gerenciamento dos riscos relacionados às mudanças climáticas para suas carteiras (veja abaixo).

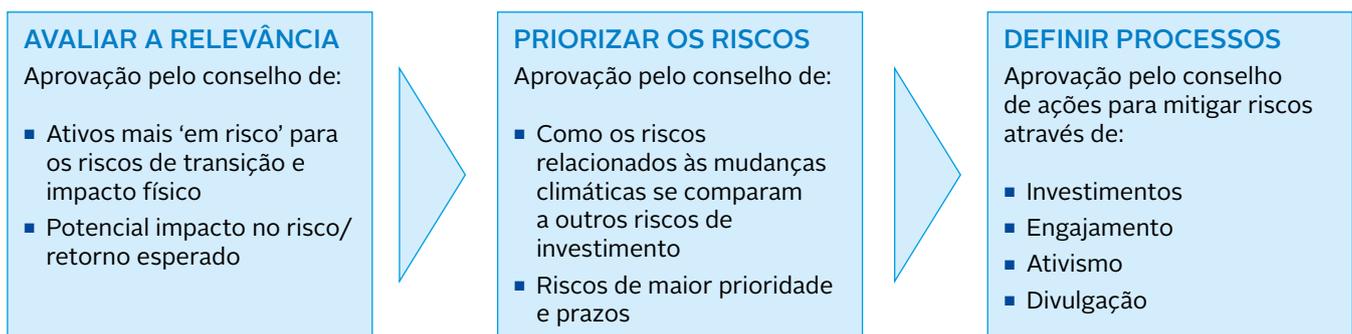
Com base nessa orientação, a Figura 18 sugere um possível curso de ação para os proprietários de ativos gerenciarem os riscos relacionados às mudanças climáticas, de acordo com as recomendações da TCFD. Desde que haja recursos internos suficientes, sugere-se que o conselho seja envolvido na aprovação de cada etapa desse processo, a fim de incentivar um alinhamento mais forte entre as ações da administração e as políticas aprovadas pelo conselho para o gerenciamento de riscos relacionados às mudanças climáticas.

ORIENTAÇÕES ADICIONAIS DA TCFD PARA PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS (B):

Os proprietários de ativos devem descrever como determinam o posicionamento de sua carteira total com relação à transição para o fornecimento, a produção e o uso de energia de baixo carbono. A descrição pode incluir uma explicação sobre como gerenciam ativamente o posicionamento de suas carteiras em relação a essa transição.

Fonte: FSB TCFD (2017) Implementing the Recommendations of the TCFD, página 36

Figura 18: Ações para proprietários de ativos gerenciarem riscos relacionados às mudanças climáticas.



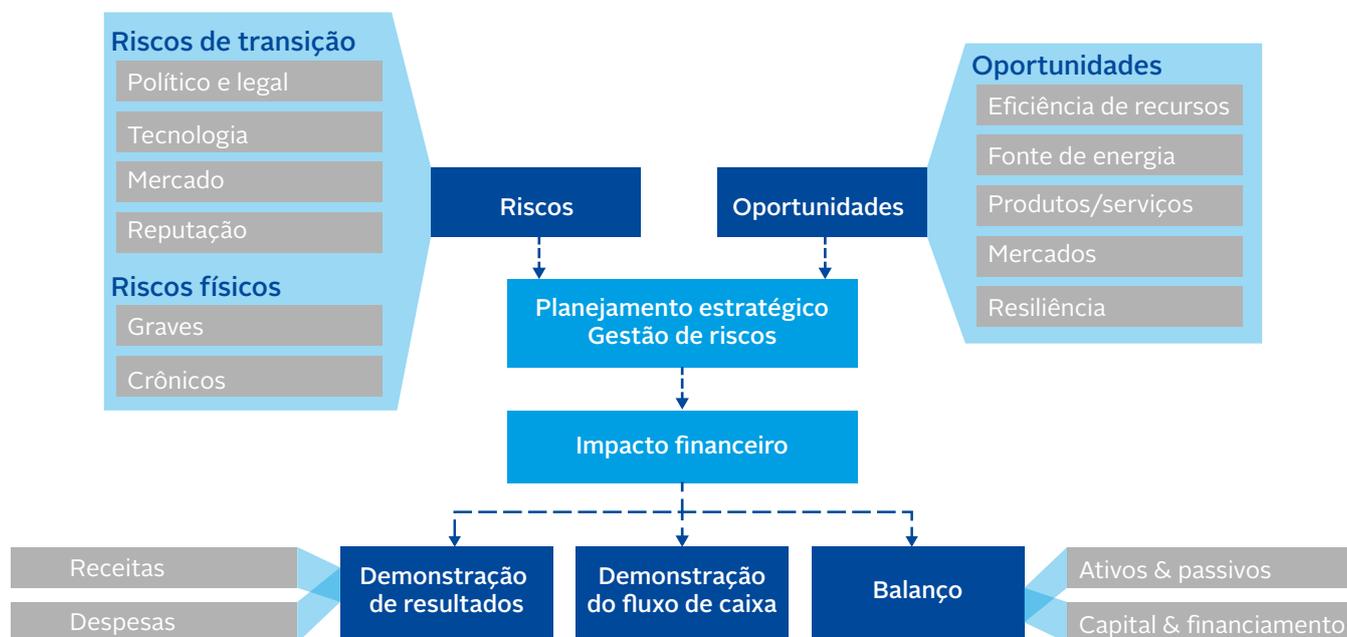
AValiação DA RELEVÂNCIA E PRIORIZAÇÃO DOS RISCOS

A avaliação da possível relevância financeira dos riscos relacionados às mudanças climáticas para a carteira de investimentos é um componente central do protocolo da TCFD. No mínimo, os proprietários de ativos devem procurar divulgar o processo utilizado para fazer tal avaliação e a justificativa para as conclusões e ações (se houver) que foram implementadas.

Como orientação, o relatório final da TCFD inclui vários riscos relacionados às mudanças climáticas e um protocolo de alto nível para os proprietários de ativos utilizarem na avaliação de tais riscos, incluindo riscos físicos e de transição (Figura 19). O [Anexo do Relatório Final da TCFD](#) também traz a composição dos riscos e mostra como podem afetar o desempenho financeiro das entidades investidas, com base em vários estudos setoriais e pesquisas sobre riscos relacionados às mudanças climáticas³¹.

³¹ Consulte, por exemplo: Mercer ‘Investing in a Time of Climate Change’; Moody’s Investors Service ‘Environmental Risks Heat Map’; S&P Global Ratings ‘How Environmental and Climate Risks Factor into Corporate Ratings’; Sustainability Accounting Standards Board Technical Bulletin #TB001-101816; e World Resources Institute (WRI) e United Nations Environment Program Finance Initiative (UNEP FI) ‘Proposed Discussion Framework on Carbon Asset Risk.’

Figura 19: Riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas. Fonte: Reproduzido a partir do anexo do relatório final da TCFD, anexo 1, páginas 71-77



Os riscos relacionados às mudanças climáticas andam lado a lado com outros riscos de investimento; portanto, é fundamental realizar uma avaliação de relevância e priorização em comparação com outros riscos de investimento. Como parte desse processo, os proprietários de ativos podem considerar algumas das questões destacadas na Figura 20.

MITIGAR OS RISCOS

As orientações da TCFD mencionam a necessidade de os proprietários de ativos considerarem ações de mitigação para gerenciar os riscos relacionados às mudanças climáticas que tenham sido identificados. O PRI recentemente juntou forças com outras organizações de investidores para estabelecer a Agenda do Investidor³², que cria um protocolo para os investidores se comprometerem a tomar medidas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Figura 20: Mudanças climáticas e riscos de investimento.

Risco para a carteira total	Quais são os maiores riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas no curto, médio e longo prazos para a carteira total? Qual prioridade é atribuída aos riscos relacionados às mudanças climáticas, além de outros riscos que estão sendo gerenciados?
Riscos para classes de ativos	Há classes de ativos em que os riscos relacionados às mudanças climáticas podem ser considerados como de maior prioridade do que outros riscos?
Riscos para mandatos ou carteiras individuais	Há mandatos e/ou carteiras individuais em que os riscos relacionados às mudanças climáticas podem ser considerados como de maior prioridade do que outros riscos?
Riscos para setores	Há exposições a setores em que os riscos relacionados às mudanças climáticas podem ser considerados como de maior prioridade do que outros riscos?
Riscos para empresas ou ativos específicos	Há exposições a empresas ou ativos específicos em que os riscos relacionados às mudanças climáticas podem ser considerados como de maior prioridade do que outros riscos?

32 A Agenda do Investidor foi desenvolvida por sete organizações parceiras: Asia Investor Group on Climate Change, CDP, Ceres, Investor Group on Climate Change, Institutional Investors Group on Climate Change, Principles for Responsible Investment (PRI) e UNEP Finance Initiative. As organizações pretendem produzir um relatório anual sobre as ações implementadas por investidores e os resultados alcançados.

Mais especificamente, a Agenda do Investidor define quatro áreas principais de ações que os investidores podem implementar para mitigar os riscos relacionados às mudanças climáticas (Figura 21).

Tais ações formam um protocolo importante para que os proprietários de ativos consolidem seus esforços para mitigar os riscos relacionados às mudanças climáticas (e para capturar novas oportunidades), e o PRI incentiva os signatários a analisarem as ações da [Agenda do Investidor](#) e apoiarem a iniciativa.

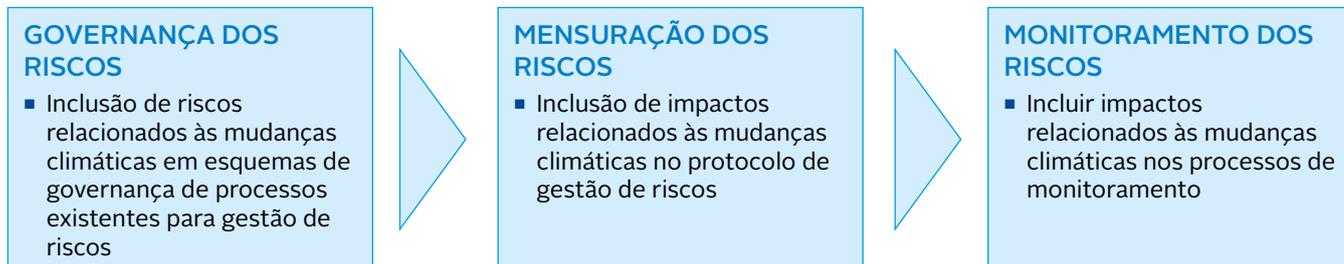
INTEGRAÇÃO DOS RISCOS

O terceiro pilar para o gerenciamento de riscos relacionados às mudanças climáticas segundo as recomendações da TCFD é sua integração aos processos existentes de gestão de riscos. A Figura 22 apresenta algumas ações que os proprietários de ativos podem implementar para integrar as mudanças climáticas aos protocolos de gestão de riscos.

Figura 21: A Agenda do Investidor – Ações para mitigar os riscos relacionados às mudanças climáticas.

Investimento	Faça investimentos de baixo carbono, elimine gradualmente os investimentos em carvão e integre as mudanças climáticas à análise de carteira e à tomada de decisões.
Engajamento corporativo	Apoie a iniciativa Climate Action 100+ e o pedido de divulgação e ação do CDP.
Divulgação de investidores	Faça divulgação em linha com as recomendações da TCFD.
Promoção de políticas públicas	Encoraje os governos a implementarem o Acordo de Paris e a aumentar suas ambições de políticas públicas relacionadas ao clima até 2020.

Figura 22: Integração das mudanças climáticas aos protocolos de gestão de riscos.



Embora os proprietários de ativos tenham sistemas e processos diferentes para a gestão de riscos, há alguns padrões de melhores práticas setoriais que podem ser revisitados como uma maneira de enquadrar a integração dos riscos relacionados às mudanças climáticas³³. Com base nessas normas, os proprietários de ativos podem analisar algumas das questões apresentadas na Figura 22.

³³ OECD/IOPS Good Practices for Pension Funds' Risk Management Systems (2011); IOPS Working Paper No.11/ OECD Pensions and Insurance Working Paper No.40 <http://www.iopsweb.org/principlesguidelines/43946778.pdf>; As boas práticas do IOPS se baseiam em 'Principles of Private Pension Supervision' do IOPS e em 'Guidelines for Pension Fund Governance' da OCDE. Também se baseiam em padrões setoriais de gestão de riscos, como o "Protocolo para Sistemas de Controle Interno em Organizações Bancárias" do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária, os "Princípios Fundamentais e Metodologia para Seguros" da Associação Internacional de Supervisores de Seguros, e o trabalho do Comitê Europeu de Supervisores de Seguros e de Pensões Ocupacionais. Beath, A., and MacIntosh, J (2013), Risk-Management Practices at Large Pension Plans: Findings from a Unique 27-Fund Survey, Rotman International Journal of Pension Management, Volume 6, Edição 1. Cantor, D.R., and Dutton, B.B. (2014) A Framework for Pension Risk Management, Risk Management, março de 2014, Edição 29. Climate Change Working Group, Actuaries Institute (2016), Climate Risk Management for Financial Institutions, a presentation to the Actuaries Institute, <https://actuaries.asn.au/Library/Events/GIS/2016/20161213CCWGFIPaperFinalC.pdf>

Figura 23: Integração de riscos relacionados às mudanças climáticas aos processos de gestão de riscos. Fonte: Adaptado para incluir os riscos relacionados às mudanças climáticas, com base no protocolo da OCDE/IOPS de Boas Práticas para os Sistemas de Gestão de Riscos dos Fundos de Pensão (2011).

Risco de investimento ou de mercado	Em que medida os riscos relacionados às mudanças climáticas podem aumentar o risco de perdas devido a movimentações adversas nos preços de mercado como resposta a impactos transitórios e/ou físicos?
Risco de <i>default</i>/crédito de contraparte	Em que medida os riscos relacionados às mudanças climáticas podem aumentar o risco de perda resultante do descumprimento de obrigações por contrapartes?
Risco de financiamento e solvência	Em que medida os riscos relacionados às mudanças climáticas podem afetar a capacidade do proprietário ativos de financiar seus passivos?
Risco de liquidez	Em que medida os riscos relacionados às mudanças climáticas podem impactar a capacidade da entidade de cumprir suas obrigações devido à falta de fungibilidade?
Risco atuarial	Em que medida poderiam ser adotados métodos e premissas impróprios para <i>valuation</i> atuarial (por exemplo, mortalidade, longevidade, incapacidade, liquidez, etc.) que não reflitam adequadamente os riscos relacionados às mudanças climáticas?
Riscos de governança e de agência	Em que medida conflitos de interesse e práticas ruins de governança podem aumentar o risco de que os impactos relacionados às mudanças climáticas sejam negligenciados?
Riscos operacionais e de terceirização	Em que medida práticas ruins de operação e terceirização podem aumentar o risco de que os impactos relacionados às mudanças climáticas sejam negligenciados?
Risco externo e estratégico	Os riscos relacionados ao clima podem aumentar a sensibilidade do fundo a fatores externos (como risco político, demografia, concorrência, tecnologia, resseguro, fusões, risco de patrocínio de planos, estabilidade política, desastres naturais, etc.) e a outros riscos estratégicos?
Risco legal e regulatório	Em que medida o risco de não conformidade com leis e regulamentações pode aumentar como resposta a esforços para mitigar os riscos relacionados às mudanças climáticas por parte de órgãos reguladores?
Contágio e risco de parte relacionada/de integridade	Até que ponto a má gestão de riscos relacionados às mudanças climáticas prejudicaria a integridade e a reputação do proprietário de ativos?

MÉTRICAS E METAS

O relatório da TCFD traz uma recomendação para divulgar as métricas e metas utilizadas para avaliar e gerenciar riscos e oportunidades relevantes relacionados às mudanças climáticas³⁴, e sugere, em particular, a divulgação do seguinte:

- **Utilização de métricas** – Descrever as métricas utilizadas para avaliar riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas
- **Mensuração de emissões de GEE** – Divulgar as emissões de GEE e riscos relacionados
- **Determinação de metas** – Descrever as metas utilizadas para gerenciar riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, e o desempenho com relação às metas

O QUE ISSO SIGNIFICA PARA PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS?

Segundo as recomendações da TCFD para métricas e metas, os proprietários de ativos precisam garantir que tenham utilizado algumas das métricas disponíveis relacionadas às mudanças climáticas, divulgando as emissões de GEE da carteira, bem como quaisquer metas relacionadas às mudanças climáticas que tenham sido adotadas. É importante ressaltar que os proprietários de ativos precisam ter um processo para analisar essas ações ao longo do tempo, bem como tomar medidas para garantir que as métricas e metas sejam integradas aos processos de estratégia de investimento e gestão de riscos do fundo.

UTILIZAÇÃO DE MÉTRICAS

Além das recomendações para ‘todos os setores’, a TCFD apresentou orientações adicionais para proprietários de ativos sobre a utilização e divulgação de métricas para avaliar riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas.

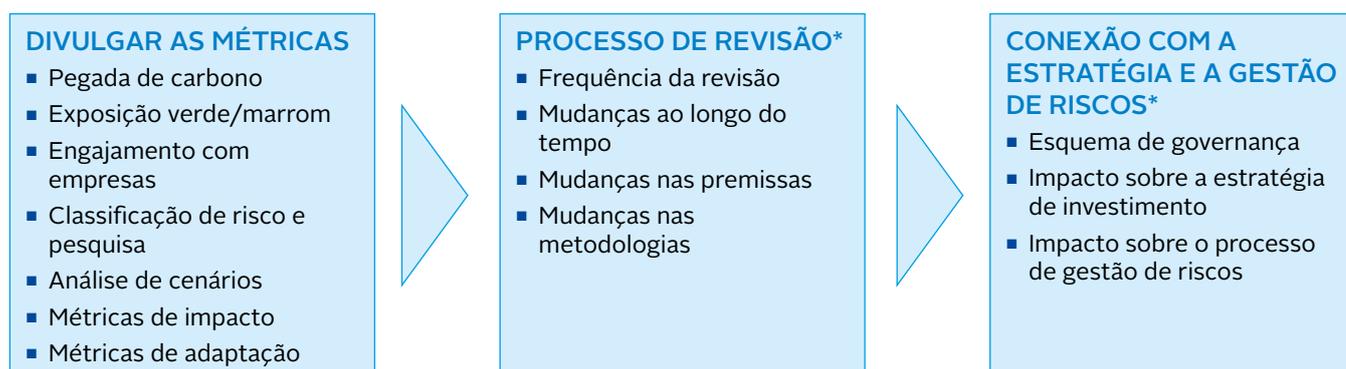
ORIENTAÇÕES ADICIONAIS DA TCFD PARA PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS (A):

Os proprietários de ativos devem descrever as métricas utilizadas para avaliar os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas em cada fundo ou estratégia de investimento. Quando relevante, os proprietários de ativos também devem descrever como tais métricas foram alteradas ao longo do tempo. Quando apropriado, os proprietários de ativos devem fornecer as métricas utilizadas nas decisões e no monitoramento de investimentos.

Fonte: FSB TCFD (2017) Implementing the Recommendations of the TCFD, página 36

Com base nas orientações da TCFD, a Figura 24 apresenta algumas ações possíveis que os proprietários de ativos podem implementar para utilizar métricas relacionadas às mudanças climáticas, incluindo a divulgação das métricas utilizadas, a implementação de um processo de análise e a vinculação desses resultados à estratégia de investimento e aos processos de gestão de riscos.

Figura 24: Ações para proprietários de ativos utilizarem métricas relacionadas às mudanças climáticas.



* A conexão com a estratégia e a gestão de riscos se aplica a cada uma das ações que os proprietários de ativos devem implementar de acordo com as recomendações da TCFD, incluindo a utilização de métricas, a divulgação de emissões de GEE e o estabelecimento de metas.

DIVULGAR AS MÉTRICAS

As métricas sugeridas na Figura 24 foram extraídas de várias fontes, incluindo as recomendações da TCFD, o Guia Transparency in Transition do IGCC, e o PRI Guidance on PRI Pilot Climate Reporting. Essa lista não pretende ser exaustiva, mas serve para ilustrar a gama de métricas possíveis que os proprietários de ativos podem considerar como parte de seus processos de estratégia de investimento e gestão de riscos. Um resumo de cada uma dessas métricas, sua utilidade para proprietários de ativos e dicas práticas sobre sua utilização podem ser encontrados abaixo.

- **Pegada de carbono:** Os proprietários de ativos podem mensurar as emissões de carbono da carteira de investimentos, que podem por sua vez ser utilizadas para comparar as emissões da carteira com *benchmarks* globais, identificar áreas prioritárias para redução, incluindo os maiores emissores de carbono e as empresas mais intensivas em carbono, e para realizar engajamento com gestores de fundos e empresas sobre a redução das emissões de carbono e melhoria dos padrões de divulgação³⁵. Embora existam deficiências na pegada de carbono, que foram observadas pela TCFD (ver (b) medição de emissões de GEE), os proprietários de ativos podem encorajar melhorias nos dados sobre emissões de carbono e nos padrões de divulgação através da utilização desta métrica e do engajamento no processo.
- **Exposição verde/marrom:** Os proprietários de ativos podem mensurar a exposição a ativos verdes (baixo carbono/positivo para o clima) *versus* ativos marrons (alto carbono/negativo para o clima) mantidos na carteira de investimentos³⁶. Embora as definições de ativos verdes e marrons ainda estejam evoluindo, algumas fontes são fornecidas na Figura 25. Os proprietários de ativos também podem apoiar a iniciativa da Agenda do Investidor³⁷, cujo componente de ações de ‘investimento’ inclui um compromisso de divulgar investimentos novos e existentes de baixo carbono através do Registro de Investidores de Baixo Carbono (*Low Carbon Investor Registry*)³⁸.
- **Engajamento com empresas:** Os proprietários de ativos podem monitorar os resultados de engajamento, se concentrando principalmente nas respostas das empresas às preocupações dos investidores e avaliando por quanto tempo o diálogo de engajamento deve continuar e quais decisões de investimento serão tomadas se as empresas não reagirem de forma satisfatória³⁹. Por meio da iniciativa Agenda do Investidor, os proprietários de ativos podem apoiar as ações de “engajamento corporativo”, por exemplo, promovendo o módulo de Atuação Engajada do Investidor em Renda Variável Listada em Bolsa do PRI *Reporting Framework*, a Climate Action 100+ e os pedidos de divulgação e ação do CDP⁴⁰.

Figura 25: Exemplos de metodologias e protocolos para a definição de ‘verde’. Fonte: IGCC (2017) *Road to Return: Institutional Investors and Low Carbon Solutions*, página 4.

- Taxonomia das finanças sustentáveis da UE
 - Taxonomia e Normas da Climate Bonds Initiative
 - Definições e Métricas do IFC para Atividades Relacionadas às Mudanças Climáticas
 - Definição de ‘impacto verde’ do Green Investment Bank
 - Green Bond Principles & Projects Taxonomy
 - FTSE Russell Green Revenues
 - Taxonomia do *Low Carbon Investment Registry*
- **Classificação de risco e pesquisa:** Os proprietários de ativos podem utilizar informações fornecidas por um ou mais dos diversos provedores de serviços de dados, pesquisa e classificação de risco como parte de sua avaliação de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas. Como alguns dos modelos nos quais as pontuações e pesquisas relacionadas às mudanças climáticas se baseiam são proprietários, alguns proprietários de ativos podem optar por complementar essas métricas com outras informações e indicadores de riscos relacionados às mudanças climáticas, incluindo interpretações qualitativas dos dados e informações⁴¹.
 - **Análise de cenários:** Como as recomendações da TCFD destacaram, os proprietários de ativos podem realizar uma análise de cenários para avaliar a resiliência de suas carteiras de investimento a uma gama de futuros possíveis impactos relacionados às mudanças climáticas, incluindo um cenário de 2°C ou menos. A seção “Análise de cenários” discute em maior profundidade as ferramentas e recursos disponíveis para auxiliar na análise de cenários e traz alguns exemplos práticos das abordagens adotadas por alguns proprietários de ativos.
 - **Métricas de impacto:** Os proprietários de ativos podem avaliar até que ponto suas ações de investimento causaram um impacto positivo na carteira e nos resultados relacionados às mudanças climáticas. Exemplos de tais métricas incluem emissões evitadas de GEE, aumento da exposição a energia renovável, melhorias na eficiência energética, melhores resultados de gestão de água e resíduos⁴². O crescente interesse e o comprometimento de alguns proprietários de ativos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) vem impulsionando os investidores a desenvolver e aplicar métricas relevantes, incluindo impactos relacionados às mudanças climáticas⁴³ (Figura 26).

35 PRI (2015) *Developing an Asset Owner Climate Change Strategy*, páginas 8-11

31 Consulte, por exemplo: IGCC/AIGCC (2017), *Transparency in Transition: A Guide to Investor Disclosure on Climate Change*, páginas 20-21; 2Dii (2015), *Climate strategies and metrics: Exploring options for institutional investors*, Figura 4.1, página 35, http://2degrees-investing.org/IMG/pdf/climate_targets_final.pdf

37 <https://theinvestoragenda.org/areas-of-impact/investment/>

38 <http://globalinvestorcoalition.org/low-carbon-investment-registry/>

39 PRI (2015), *Developing an Asset Owner Climate Change Strategy*, páginas 15-16

40 <https://theinvestoragenda.org/areas-of-impact/corporate-engagement/>

41 Consulte, por exemplo: IGCC/AIGCC (2017), *Transparency in Transition: A Guide to Investor Disclosure on Climate Change*, páginas 26-27; 2Dii (2015), *Climate strategies and metrics: Exploring options for institutional investors*, Figura 4.1, página 35, http://2degrees-investing.org/IMG/pdf/climate_targets_final.pdf

42 Consulte, por exemplo: IGCC/AIGCC (2017), *Transparency in Transition: A Guide to Investor Disclosure on Climate Change*, páginas 37-38; 2Dii (2015), *Climate strategies and metrics: Exploring options for institutional investors*, Seções 1.3 e 1.4, *Climate friendliness and carbon risk*, páginas 10-13, http://2degrees-investing.org/IMG/pdf/climate_targets_final.pdf

43 Dutch SDG Working Group (2017), *SDG Impact Indicators: A guide for investors and companies*.

Figura 26: Conexão entre os ODS, as mudanças climáticas e métricas de impacto

EXEMPLO: ODS, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E MÉTRICAS DE IMPACTO

Um Grupo de Trabalho para os ODS liderado por holandeses foi criado para trabalhar as recomendação da Iniciativa Holandesa para os ODS “para colaborar e determinar um conjunto seletivo de indicadores dos ODS que podem ser utilizados para rastrear e comparar investimentos em desenvolvimento sustentável”. O esforço conjunto resultante faz parte da Plataforma de Finanças Sustentáveis, presidida pelo Banco Central da Holanda. O Grupo de Trabalho (composto por 20 membros de diferentes instituições financeiras e empresas holandesas) produziu um documento de discussão para divulgação como parte de seus esforços para propor um conjunto básico de indicadores de impacto para cada meta dos ODS “que não é abrangente nem prescritiva e permite flexibilidade na aplicação”.

Os ODS mais relevantes para os impactos das mudanças climáticas incluem o ODS 7 e o ODS 13.

ODS 7: Energia acessível e limpa: Este ODS busca assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos. As métricas de impacto relacionadas às mudanças climáticas propostas pelo Grupo de Trabalho incluem:

- Energia renovável produzida
- Emissões evitadas de gases de efeito estufa
- Número de pessoas com acesso a serviços de energia confiáveis, modernos e a preços acessíveis.

ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima: Este ODS respeita o Acordo de Paris, e a maior parte das metas específicas está relacionada à adaptação e resiliência às mudanças climáticas por meio de ações governamentais (e não do setor privado). As métricas de impacto relacionadas às mudanças climáticas propostas pelo Grupo de Trabalho estão relacionadas à adaptação climática e incluem:

- Capacidade de armazenamento de água
- Área resiliente a inundações
- Ativos de alto risco com cobertura de seguro contra eventos climáticos

- **Métricas de adaptação:** Os proprietários de ativos podem avaliar se as empresas e entidades investidas estão preparadas para os riscos de impacto físico associados às mudanças climáticas⁴⁴. Há também novas oportunidades de investimento relacionadas aos impactos de adaptação que os proprietários de ativos poderiam considerar como parte de suas discussões estratégicas.⁴⁵ Em termos de riscos de adaptação, uma avaliação poderia ser realizada através de pesquisa sob medida de ativos identificados como de “alto risco”, através de análise agregada de pontuação de vulnerabilidade climática por provedores de pesquisa, bem como por meio do engajamento com gestores terceirizados de fundos – algumas possíveis perguntas podem ser encontradas na Figura 27.

Figura 27: Possíveis perguntas para gestores terceirizados de fundos sobre riscos de adaptação

- Até que ponto você considerou os riscos de impacto físico direto das mudanças climáticas para as empresas investidas e os ativos mantidos na carteira?
- Você pode demonstrar se a divulgação das empresas e entidades investidas é adequada em relação aos riscos de impacto físico das mudanças climáticas?
- Você pode fornecer uma visão geral dos ativos mais “em risco” para os efeitos físicos das mudanças climáticas na carteira e demonstrar os prazos?
- Você pode dizer se as empresas investidas e os ativos estão preparados para responder aos riscos de impacto físico?

⁴⁴ Consulte, por exemplo: Global Investor Coalition on Climate Change (2015) Climate Change Investment Solutions: A Guide for Asset Owners, páginas 22-26, <http://globalinvestorcoalition.org/wp-content/uploads/2015/04/Climate-Change-Investment-Solutions-GuideFINAL.pdf>, IGCC/AIGCC (2017) Transparency in Transition: A Guide to Investor Disclosure on Climate Change, páginas 31-32

⁴⁵ IGCC/NCCARF/JCU/Eureka (2017), From Risk to Return: Investing in Climate Change Adaptation, <https://igcc.org.au/risk-return-investing-climate-adapation-igcc-mar-2017/>, Global Investor Coalition on Climate Change (2015), Climate Change Investment Solutions: A Guide for Asset Owners, páginas 26-29, <http://globalinvestorcoalition.org/wp-content/uploads/2015/04/Climate-Change-Investment-Solutions-GuideFINAL.pdf>

DESTAQUE 3**MÉTRICAS E METAS – CONEXÃO COM A ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO E A GESTÃO DE RISCOS**

As recomendações da TCFD relacionadas a métricas e metas enfatizaram a necessidade de os proprietários de ativos adotarem um processo para revisar as três ações (divulgar métricas, divulgar emissões de GEE e divulgar metas), além de tomar medidas para garantir que as métricas e metas sejam refletidas na estratégia de investimento do fundo e nos processos de gestão de riscos.

Processo de revisão:

A TCFD incentiva os proprietários de ativos a implementarem um processo para analisar as métricas relacionadas às mudanças climáticas, as emissões de GEE e as metas que foram utilizadas. Conforme demonstrado na Figura 24, a análise pode incluir a descrição da frequência com que as métricas serão revisadas, a divulgação de quaisquer alterações ao longo do tempo, bem como o destaque de quaisquer alterações nas premissas e/ou metodologias que podem ter impactado os resultados de anos anteriores.

Conexão com a estratégia de investimento e a gestão de riscos:

As recomendações e orientações da TCFD enfatizam a importância de se vincular a divulgação de métricas relacionadas às mudanças climáticas, emissões de GEE e metas à estratégia de investimento e aos processos de gestão de riscos. A Figura 17 sugere que tal conexão pode incluir:

- Descrever os esquemas de governança, incluindo o que será reportado ao Conselho, aos comitês e equipes de gestão para consideração e possível ação, e a frequência de tais deliberações.
- Identificar e incorporar, na estratégia de investimento, métricas relacionadas às mudanças climáticas, emissões de GEE e metas.

Tais ações não apenas ajudarão a garantir que as métricas e metas sejam relevantes e tenham impacto sobre a tomada de decisões pelos proprietários de ativos, mas também fornecerão ao Conselho, comitês e equipes de gestão as informações necessárias para tomar decisões de investimento bem informadas que levem em conta os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas.

MENSURAÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE)

Além das recomendações para 'todos os setores', a TCFD apresentou orientações adicionais para proprietários de ativos sobre a mensuração e divulgação emissões de GEE.

A Figura 28 apresenta algumas ações possíveis que os proprietários de ativos podem adotar, incluindo a divulgação das emissões de GEE da carteira, a adoção de um processo de análise, e conectar tais ações à estratégia de investimento e ao processo de gestão de riscos.

ORIENTAÇÕES ADICIONAIS DA TCFD PARA PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS (B):

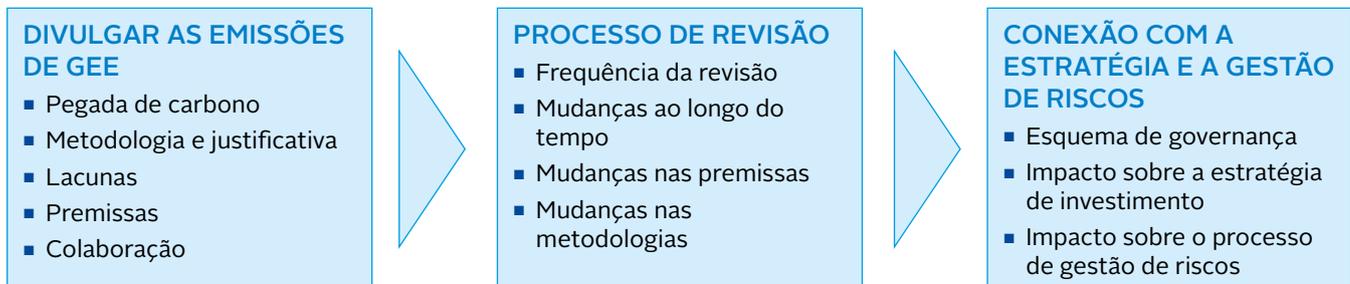
Os proprietários de ativos devem fornecer a média ponderada da intensidade de carbono, quando houver dados disponíveis ou que possam ser razoavelmente estimados, para cada fundo ou estratégia de investimento.

Além disso, os proprietários de ativos devem fornecer outras métricas que considerem úteis para a tomada de decisões e uma descrição da metodologia utilizada. Veja a Tabela 2 (p. 43) para métricas comuns para pegada de carbono e exposição ao carbono, incluindo a média ponderada da intensidade de carbono.

Nota: A Força-Tarefa reconhece os desafios e as limitações das atuais métricas de pegada de carbono, incluindo o fato de que tais métricas não devem necessariamente ser interpretadas como métricas de risco. A Força-Tarefa entende o relato da média ponderada da intensidade de carbono como um primeiro passo e espera que a divulgação dessas informações leve a avanços importantes no desenvolvimento de métricas de risco relacionadas às mudanças climáticas que sejam úteis para a tomada de decisão. A Força-Tarefa reconhece que alguns proprietários de ativos podem ser capazes de divulgar a média ponderada da intensidade de carbono apenas para parte de seus investimentos, devido à disponibilidade de dados e a questões metodológicas.

Fonte: FSB TCFD (2017) Implementing the Recommendations of the TCFD, página 37

Figura 28: Ações para proprietários de ativos relacionadas à mensuração de emissões de GEE



DIVULGAR AS EMISSÕES DE GEE

Como indica a orientação complementar, o relatório da TCFD reconheceu as deficiências com relação à pegada de carbono, incluindo a falta de dados e questões metodológicas. De fato, o PRI e os grupos da Global Investor Coalition on Climate Change (entre outros) também reconheceram as limitações da pegada de carbono em termos de análise de risco de carbono, incluindo a falta de cobertura para ativos não listados em bolsa, a ausência de dados nos relatórios corporativos, a falta de dados de sobre emissões de escopo 3 e a prevalência de diferentes metodologias para a produção de estimativas⁴⁶.

Apesar dessas questões, há um crescente consenso em toda a indústria de investimentos – reforçada pelas recomendações da TCFD – de que a mensuração e a divulgação da pegada de carbono é um exercício valioso para proprietários de ativos (e gestores de fundos). Tal exercício não só contribuirá para possivelmente melhorar a qualidade e disponibilidade dos dados sobre carbono ao longo do tempo (conforme as empresas melhorarem sua divulgação em resposta à demanda, e padrões setoriais em torno da metodologia evoluírem), mas também fornecerá informações para investidores sobre as emissões de GEE em termos absolutos, relativos a *benchmarks* e pares, além de *insights* sobre os mandados de investimento e empresas que mais emitem GEE. De posse dessas informações, os investidores podem concentrar os engajamentos em gestores de fundos e empresas investidas.

Os proprietários de ativos também podem se beneficiar da complementação da análise da pegada de carbono com outras métricas relacionadas ao clima para fortalecer seus conhecimentos sobre a relevância dos riscos relacionados ao clima, inclusive por meio de seus esforços de engajamento com gestores de fundos e empresas investidas. As Figuras 29 e 30 trazem alguns exemplos de ações que podem ser implementadas por proprietários de ativos.

Figura 29: Ações que os proprietários de ativos podem adotar para divulgar as emissões de GEE da carteira

- Analisar e divulgar a pegada de carbono para as classes de ativos e os mandatos de investimento quando os dados estiverem disponíveis, anualmente
- Divulgar a metodologia utilizada e justificar a abordagem adotada
- Destacar quaisquer lacunas notáveis na análise em termos de cobertura ou problemas com a qualidade dos dados
- Observar se foram feitas suposições que possam impactar os resultados
- Realizar engajamento com os gestores de fundos e empresas investidas, concentrando esforços nos maiores emissores de GEE da carteira
- Descrever como a análise da pegada de carbono é complementada por outras métricas ou análises
- Descrever como a análise da pegada de carbono é incluída na estratégia de investimento e nos processos de gestão de riscos
- Participar de grupos de colaboração de investidores para reforçar os esforços de engajamento com as empresas que mais emitem GEE, como a iniciativa Climate Action 100+

⁴⁶ Consulte, por exemplo: PRI (2015), [Developing an Asset Owner Climate Change Strategy](#), páginas 8-10 Global Investor Coalition on Climate Change (2015), [Climate Change Investment Solutions: A Guide for Asset Owners](#), Destaque 1: Carbon footprinting and portfolio decarbonisation, páginas 6-7, <http://globalinvestorcoalition.org/wp-content/uploads/2015/04/Climate-Change-Investment-Solutions-GuideFINAL.pdf>. IGCC/AIGCC (2017), [Transparency in Transition: A Guide to Investor Disclosure on Climate Change](#), páginas 16-18

Figura 30: Exemplos de divulgação da pegada de carbono por proprietários de ativos

Como parte de seus esforços para melhorar a mensuração e o gerenciamento de riscos relacionados às mudanças climáticas, vários proprietários de ativos (e gestores de fundos) realizaram análises da pegada de carbono de suas carteiras de investimento e divulgaram publicamente os resultados em seus sites (alguns links podem ser encontrados abaixo). O PRI também faz análises regulares do progresso e das ações dos investidores, que podem ser benéficas para os signatários que estão no processo de formular sua estratégia relacionadas às mudanças climáticas e sua resposta às recomendações da TCFD⁴⁷.

- **PGGM:**
<https://www.pggm.nl/english/what-we-do/Documents/PGGM-Annual-Responsible-Investment-report-2016.pdf>
- **FRR:**
http://www.fondsdereserve.fr/documents/FRR_Carbon_Footprint.pdf
- **Environment Agency Pension Fund:**
https://www.eapf.org.uk/~/_media/document-libraries/eapf2/investment-pages/voting-and-engagement-reports/2016/q3-2016/eapf-carbon-metrics-report-public-report-2016.pdf
- **AP2:**
<http://www.ap2.se/en/sustainability-and-corporate-governance/climate/carbon-footprint/>
- **VARMA:**
<https://www.varma.fi/globalassets/muut-sivut/yhtiotietoa/uutishuone/carbon-footprint-of-varma-investments-130217.pdf>
- **Local Government Super:**
<https://www.lgsuper.com.au/assets/Documents/LGS-carbon-emissions-report-Listed-equities-Developed-markets-June-2017.pdf>
- **Catholic Super:**
<https://csf.com.au/investments/responsible-investing>

DETERMINAÇÃO DE METAS

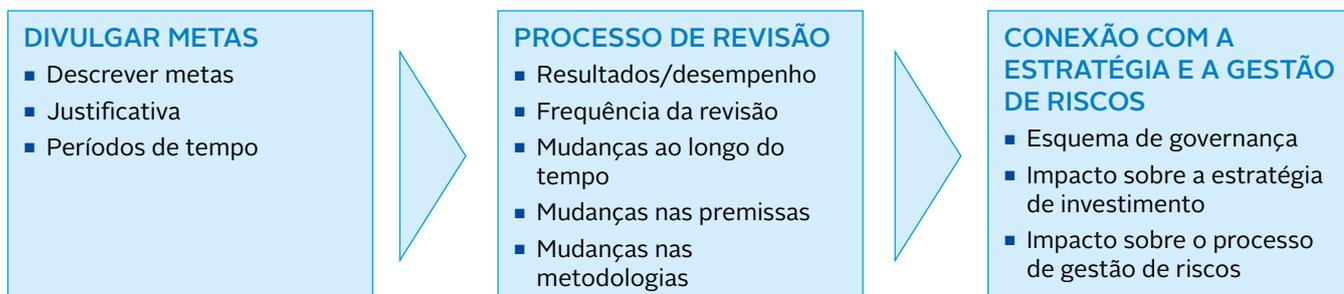
Embora determinar metas relacionadas às mudanças climáticas esteja se tornando uma prática mais amplamente adotada entre as empresas por meio de iniciativas como as Science Based Targets (metas baseadas na ciência), é uma prática ainda incipiente na comunidade de investimentos institucionais. No entanto, alguns investidores já estão comprometidos com ações específicas (Figura 33), além de iniciativas colaborativas (como a iniciativa Climate Action 100+) que oferecem aos investidores a oportunidade de solidificar seus compromissos em resultados mensuráveis. A determinação de metas pode não apenas ajudar a consolidar e solidificar processos internos para se alcançar um determinado objetivo ou resultado, mas também pode enviar uma forte mensagem a agentes externos, incluindo empresas, gestores de fundos, governos e beneficiários finais sobre a priorização que foi dada à gestão de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas.

Como a Figura 31 resume, os proprietários de ativos podem, como parte desse processo, considerar quais metas seriam as mais adequadas para sua organização, descrever a lógica e o período em que o desempenho será mensurado. É importante ressaltar que, quanto à utilização de métricas relacionadas às mudanças climáticas, tais metas precisam fazer parte das estruturas de governança, estratégia de investimento e processos de gestão de riscos do proprietário de ativos, com alguns resultados mensuráveis que podem ser divulgados ao longo do tempo.

⁴⁷ PRI/Novethic (2016), [Montreal Carbon Pledge: Accelerating investor climate disclosure](https://www.pri.org/documents/2016/06/montreal-carbon-pledge-accelerating-investor-climate-disclosure)

⁴⁸ Consulte, por exemplo: <http://sciencebasedtargets.org/companies-taking-action/> e <https://www.wri.org/our-work/top-outcome/more-300-companies-commit-set-science-based-emissions-reduction-targets>

Figura 31: Ações para a determinação de metas relacionadas às mudanças climáticas



DIVULGAR METAS

Os proprietários de ativos podem começar analisando as metas que melhor se ajustam à sua estratégia geral de investimento relacionada às mudanças climáticas, para garantir que a estratégia seja efetivamente implementada e mensurada ao longo do tempo. Como parte dessa análise, os proprietários de ativos podem considerar uma ou todas as áreas definidas na Figura 32.

Algumas podem ser baseadas em métricas quantitativas, outras podem ser de natureza mais qualitativa⁴⁹.

A Figura 33 traz exemplos de como diferentes proprietários de ativos estão determinando metas como parte de seus esforços para gerenciar riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas.

Figura 32: Possíveis áreas nas quais os proprietários de ativos podem definir metas

Mensuração	<ul style="list-style-type: none"> ■ Defina uma meta para mensurar e reduzir a intensidade de carbono da carteira até uma data futura
Redução	<ul style="list-style-type: none"> ■ Estabeleça uma meta para reduzir a exposição às reservas e à exploração de carvão e combustíveis fósseis até uma data futura
Investimento	<ul style="list-style-type: none"> ■ Integre riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas às decisões de investimento e à determinação de valor (<i>valuation</i>) ■ Defina uma prioridade estratégica para identificar e avaliar, de maneira contínua, oportunidades de investimento em ativos de baixo carbono, de eficiência energética e resilientes ao clima ■ Invista uma parte dos ativos do fundo em oportunidades de baixo carbono, eficiência energética e adaptação ao clima em diferentes classes de ativos
Engajamento	<ul style="list-style-type: none"> ■ Estabeleça uma meta para o engajamento com empresas, gestores de fundos e/ou mandatos de 'alto risco' para alcançar melhorias específicas na exposição ao carbono e na preparação das empresas e entidades subjacentes, até uma data futura ■ Estabeleça metas para que todas as empresas com alta intensidade em carbono divulguem seus riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas de acordo com as recomendações da TCFD, até uma data futura ■ Estabeleça metas para que empresas com alta intensidade em carbono atinjam reduções específicas de carbono e melhorias na eficiência energética, até uma data futura
Voto	<ul style="list-style-type: none"> ■ Estabeleça uma meta para arquivar deliberações relacionadas às mudanças climáticas e exercer direitos de voto em 100% das votações relacionadas a este tema

⁴⁹ Compilado a partir de várias fontes baseadas nas recomendações e orientações da TCFD, além de exemplos emergentes de empresas, proprietários de ativos e gestores de fundos e orientações de vários relatórios, incluindo GIC (2015), Climate Change Investment Solutions: A Guide to Investor Disclosure on Climate Change, página 10; 2Dii (2015), Climate strategies and metrics: Exploring options for institutional investors, páginas 33-34; UNEP FI e GIC (2015), Financial Institutions Taking Action on Climate Change; e iniciativa WRI/ Science Based Targets, vários relatórios

Figura 33: Exemplos de metas relacionadas às mudanças climáticas determinadas por proprietários de ativos Fonte: Material disponível para o público, vários sites e serviços de notícias; Portfolio Decarbonisation Coalition (2017) Annual Progress Report, pp. 14-16

Caisse de Depots	No curto prazo, se comprometeu com um aumento de 50% nos investimentos de baixo carbono até 2020 e no médio prazo, e com uma redução de 25% nas emissões de GEE por dólar investido até 2025 (sustentado pela integração nas decisões de investimento e atividades de engajamento)
NZ Super Fund	Reduzir a intensidade de emissões de carbono do Fundo em pelo menos 20% e reduzir a exposição a reservas de carbono do Fundo em pelo menos 40% até 2020
Environment Agency Pension Fund	Investir 15% do fundo em oportunidades de baixo carbono, eficiência energética e outras oportunidades de mitigação climática até 2020, como parte da meta mais ampla de investir pelo menos 25% do fundo em empresas e fundos limpos e sustentáveis, em todas as classes de ativos
PFZW	Aumentar os investimentos sustentáveis em 4x para pelo menos €16 bilhões até 2020. Nesse período, também se comprometeu a reduzir em 50% a pegada de carbono de toda a sua carteira
CalSTRS	Aumentar os investimentos em energia e tecnologia limpas de US\$ 1,4 bilhão para pelo menos US\$ 3,7 bilhões até 2019 em todas as classes de ativos, incluindo US\$ 2,5 bilhões em índices de ações de baixo carbono
APG	Ter 5 bilhões de euros investidos em ativos de energia renovável e reduzir a pegada de carbono por euro investido de sua carteira de renda variável listada em bolsa (US\$ 139 bilhões) em 25% até 2020 (em comparação com a linha de base de 2016)
VARMA	Reduzir a pegada de carbono de seus investimentos em renda variável listada em bolsa em 25%, a de seus investimentos em títulos privados listados em bolsa em 15% e a de seus investimentos imobiliários em 15% até 2020
FRR	Reduzir em pelo menos 50% a intensidade de carbono e as exposições a reservas de combustível fóssil de seus investimentos passivos em renda variável
AP4	Descarbonizar toda a sua carteira de renda variável listada em bolsa, de US\$ 20 bilhões
ERAFP	Investir €50 milhões até o final de 2017 em fundos internacionais de renda variável destinados a combater as mudanças climáticas
Allianz	Dobrar os investimentos em renda variável de infraestrutura em parques fotovoltaicos e eólicos no médio prazo
Australian Ethical	Emissões líquidas zero da carteira até 2050
Church of Sweden	Ter zero investimentos em carvão, petróleo e gás
Hermes	Reduzir as emissões absolutas de carbono e relativas à área da carteira imobiliária da Hermes em 40% até 2020, a partir da linha de base de 2006

É muito provável que a determinação de metas seja uma área que evolua consideravelmente nos próximos anos, à medida em que os investidores continuarem se esforçando para garantir que os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas estejam sendo adequadamente gerenciados. Em algumas jurisdições, o resultado pode também ser novos requisitos regulatórios, como o Artigo 173 da Lei Francesa de Transição de Energia, que introduziu a divulgação de carbono para investidores institucionais, incluindo a determinação de metas para mensurar o progresso ao longo do tempo.⁵⁰

Além da França, outras jurisdições em que os órgãos reguladores financeiros estão respondendo às recomendações da TCFD incluem a UE⁵¹, a Suécia⁵², o Reino Unido⁵³, a Suíça⁵⁴ e a Austrália⁵⁵, bem como alianças entre bancos centrais e órgãos prudenciais⁵⁶, incluindo a China e o Reino Unido⁵⁷. Também está aumentando a pressão para que outros órgãos normativos e agências reguladoras do setor financeiro reajam e apoiem as recomendações da TCFD⁵⁸. Nesse cenário, os proprietários de ativos podem se posicionar não apenas para as mudanças regulatórias, mas também para a crescente preocupação com os impactos relacionados às mudanças climáticas por parte dos beneficiários e stakeholders. Esta é uma oportunidade para os proprietários de ativos utilizarem as recomendações da TCFD como um protocolo para garantir que os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas sejam adequadamente gerenciados e divulgados, tanto no nível da carteira/do fundo quanto no nível setorial.

⁵⁰ PRI (2016), [French Energy Transition Law](#)

⁵¹ O relatório EU High Level Expert Group Final Report (2018) faz referência à necessidade de a UE endossar a TCFD para incentivar a divulgação efetiva de acordo com a TCFD e informar sobre requisitos adicionais de divulgação da Non-Financial Reporting Directive. Consulte: https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/180131-sustainable-finance-final-report_en.pdf

⁵² <http://www.government.se/press-releases/2017/12/france-and-sweden-step-up-their-collaboration-on-green-finance-to-boost-the-transition-towards-low-carbon-and-climate-resilient-economies/>

⁵³ O Órgão Regulador de Pensões do Reino Unido disse a um comitê parlamentar (2018) que está buscando reforçar sua orientação sobre riscos relacionados às mudanças climáticas, pois os administradores de pensões estão deixando a desejar na avaliação e no gerenciamento de riscos climáticos. Fonte: serviço de notícias responsible-investor.com e transcrição da consulta sobre Finanças Verdes do Comitê de Auditoria Ambiental: <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/environmental-audit-committee/green-finance/oral/78606.html>

⁵⁴ O Ministério do Meio Ambiente da Suíça lançou uma consulta pública convidando órgãos do setor, investidores, ONGs e outros stakeholders a dar feedback sobre as orientações cujo objetivo é ajudar os investidores a “realmente avaliar a relevância de CO2 dos ativos”, juntamente com uma revisão mais ampla da legislação climática nacional. Fonte: responsible-investor.com

⁵⁵ Australian Prudential Regulation Authority, discurso de membro do Conselho Executivo (2017) estabelecendo seu apoio às recomendações da TCFD e preocupação com os riscos relacionados às mudanças climáticas: <http://www.apra.gov.au/Speeches/Documents/CPD%20Speech%2029Nov2017.pdf>

⁵⁶ Um grupo de oito bancos centrais e supervisores financeiros formou uma rede para ajudar a fortalecer a resposta global ao acordo climático de Paris e ajudar o sistema financeiro a se tornar mais sustentável com relação ao meio-ambiente. <http://www.mas.gov.sg/News-and-Publications/Media-Releases/2017/Joint-statement-by-the-Founding-Members-of-the-Central-Banks-and-Supervisors-Network.aspx>

⁵⁷ <http://greenfinanceinitiative.org/china-uk-tcfd-pilot-group/>

ANÁLISE DE CENÁRIOS

A análise de cenários é a recomendação mais inovadora e desafiadora da TCFD. Tradicionalmente, a divulgação se baseia em dados históricos de emissões. Embora estabeleça uma linha de base, uma vez que as mudanças climáticas são um risco não linear que cresce ao longo do tempo, não é suficiente informar as empresas e os investidores sobre a extensão do possível capital em risco. O planejamento de cenários é comumente utilizado nos setores financeiro e de petróleo e gás, mas sua aplicação às mudanças climáticas, abrangendo ciência e políticas públicas, além de mudanças tecnológicas, é nova. Para os proprietários de ativos, várias questões emergem sobre o que isso significa na prática.

O QUE SÃO CENÁRIOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS?

Em finanças, a análise de cenários é o processo de estimar o valor esperado de uma carteira após um período de tempo. Dependendo da disponibilidade dos dados e da maturidade do processo, os cenários podem servir para:

- Exploração de contexto (narrativas sobre o futuro)
- Tomada de decisão (projeção)

Pode-se dizer que a análise de cenários de mudanças climáticas está hoje mais próxima da primeira e, portanto, não é necessariamente uma projeção. O objetivo dos cenários de mudanças climáticas é avaliar o possível comprometimento do lucro das empresas (como resultado de políticas de transição, mudanças na demanda, impactos físicos e outros fatores) e como isso pode afetar o retorno do investimento da carteira. Existem incertezas quanto ao ritmo do aquecimento global, ao ritmo das mudanças tecnológicas, às políticas públicas futuras – mas as incertezas não são infinitas. O valor dos cenários de mudanças climáticas está justamente em testar os extremos. Portanto, é importante evitar confiar em um único cenário de referência, caso contrário, a análise corre o risco de se tornar uma previsão.

O QUE SÃO CENÁRIOS DE REFERÊNCIA PARA MUDANÇAS CLIMÁTICAS?

O processo para o desenvolvimento de cenários sob medida pode consumir tempo e muitos recursos. Assim, a maioria dos que estão em preparação procurará usar cenários prontos ou de referência que foram desenvolvidos por terceiros. A Figura 34 ilustra as duas principais categorias de cenários e alguns de seus fornecedores.

Figura 34: Visão geral de cenários de mudanças climáticas de referência Fonte: Technical Supplement: the use of scenario analysis in disclosure of the climate-related risk and opportunities, 2017

RISCOS DE TRANSIÇÃO PARA SISTEMAS DE ENERGIA	RISCOS FÍSICOS PARA O SISTEMA CLIMÁTICO
International Energy Agency (IEA) <ul style="list-style-type: none"> ■ Cenário da política atual (6 graus*) ■ Cenário da Nova Política (4 graus*) ■ Cenário de Desenvolvimento Sustentável (dois graus*) ■ Cenário além de dois graus 	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) <ul style="list-style-type: none"> ■ 4 cenários centrais
International Renewable Energy Agency* (IRENA) 2030	Agências meteorológicas nacionais
Advance Energy Scenario do Greenpeace*	
Bloomberg New Energy Finance (setores de eletricidade e automóveis)	

*50% de probabilidade de 6, 4 ou 2 graus.

Existem muitos caminhos para um cenário de dois graus e as premissas subjacentes entre os vários cenários variam consideravelmente. Os cenários da IRENA e do Greenpeace têm taxas de penetração muito mais altas de renováveis e veículos elétricos até 2040, enquanto o cenário de Desenvolvimento Sustentável (dois graus) da AIE pressupõe mais de 390GWs de Captura e Armazenamento de Carbono, permitindo uma maior utilização de combustíveis fósseis, até mesma data⁵⁹. Diferenças aparentemente pequenas podem ter um grande impacto na exposição dos investidores ao risco financeiro. Além disso, alguns cenários, como os comumente utilizados pela IEA, atualizam seus modelos anualmente e, como resultado, podem representar um alvo em movimento.

O QUE OS PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS PRECISAM FAZER?

A análise de cenários pode já ser um recurso da estratégia do proprietário de ativos e fazer parte de seu processo de gestão de riscos. De fato, em muitas jurisdições, há um requisito regulatório e orientações dos órgãos de supervisão para que a análise de cenários seja incorporada aos processos de gestão de riscos dos fundos de pensão, principalmente após as crises financeiras globais, que revelaram que os modelos de risco existentes são inadequados. Para as organizações que já utilizam um protocolo de cenários nesse contexto, a maneira mais simples de começar a considerar os cenários de mudanças climáticas seria incluir também um resultado de 2 graus

⁵⁸<https://blogs.thomsonreuters.com/sustainability/2017/12/18/executive-perspective-time-iosco-take-climate/>

ou menos como parte da estratégia de investimento e da gestão de risco da organização.

A figura abaixo demonstra um processo de quatro etapas que os proprietários de ativos podem utilizar na implementação da análise de cenários de mudanças climáticas.

Figura 35: Processo de quatro etapas para integrar a análise de cenários de mudanças climáticas



PRIMEIROS PASSOS PARA A ANÁLISE DE CENÁRIOS

Para os proprietários de ativos que ainda não utilizam a análise de cenários como parte do processo de investimento, existem algumas etapas simples e diretas que podem ser seguidas para dar início à jornada, incluindo, entre outras:

- Se familiarizar com as recomendações da TCFD, incluindo as orientações técnicas sobre análise de cenários.
- Investigar a abordagem adotada por pares, participar de workshops, conferências e participar de grupos de investidores
- Identificar nos arquivamentos financeiros os prováveis setores de alto risco; 80% das emissões de uma carteira podem vir de 20% de suas participações⁶⁰
- Pedir ao CIO, atuário e/ou consultor de investimentos que inclua cenários de mudanças climáticas, incluindo resultados de dois graus ou menos, talvez ao lado de outros cenários econômicos e políticos, como parte do reforço da estratégia de investimento e dos processos de gestão de riscos.
- Pedir aos gestores de fundos que considerem a resiliência de suas carteiras de investimento a um resultado de dois graus ou menos, e que divulguem sua avaliação anualmente.

⁵⁹ IEA (2017), Sustainable Development Scenario; <https://www.iea.org/weo/weomodel/>

- Simplifique! Comece com um protocolo qualitativo e desenvolva-o para incluir resultados mais quantitativos conforme/quando o Conselho e a equipe de gestão tiverem mais conhecimento sobre, experiência e familiaridade com os processos.
- Escolha o nível apropriado de envolvimento da administração e de engajamento do Conselho de Administração no processo.

DETERMINAÇÃO DOS FATORES DE INFLUÊNCIA

Aqueles que estiverem em preparação devem evitar um salto para a análise probabilística e devem começar pela identificação de fatores de influência em resposta a uma série de perguntas⁶¹:

- Quais são os problemas críticos que preciso explorar? (por exemplo, como os países do G20 podem mudar as políticas climáticas e energéticas até 2030)
- Quais são as principais incertezas?
- Quais são as implicações e opções para minhas carteiras de investimento?
- Quais são os sinais ou indicadores de mudança que preciso rastrear? (por exemplo, no setor de transportes, projeções de produção de veículos elétricos)

Em seguida, os proprietários de ativos podem analisar a avaliação inicial e publicar suas principais conclusões, de acordo com as recomendações da TCFD.

UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS ESPECIALIZADAS

Os proprietários de ativos podem escolher desenvolver ou utilizar algumas das ferramentas emergentes disponíveis para examinar os impactos dos cenários de mudanças climáticas para os investimentos (veja as tabelas a seguir), começando por uma única carteira. Dependerá de vários fatores, incluindo os recursos disponíveis (em termos de tempo, experiência e orçamento), qualificações internas e esquemas de governança para supervisionar o processo e integrar os resultados à estratégia de investimento e aos processos de gestão de riscos.

Ao avaliar tais ferramentas, os proprietários de ativos devem identificar ou solicitar que seus consultores identifiquem as limitações da análise de cenários climáticos (como a integridade dos dados de mercado, premissas dos modelos climáticos subjacentes e principais incertezas).

IDENTIFICAÇÃO DE RESPOSTAS E DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

Os proprietários de ativos podem usar os resultados para identificar opções aplicáveis e realistas para gerenciar riscos e oportunidades, inclusive para inclinar a alocação estratégica da carteira para soluções climáticas.

De acordo com as recomendações da TCFD, os resultados da análise de cenários devem ser publicados nos arquivamentos financeiros e repetidos anualmente com cobertura e complexidade cada vez maiores.

EXEMPLOS DE FERRAMENTAS DE ANÁLISE DE CENÁRIOS RELACIONADOS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA INVESTIDORES

A Figura 36 traz alguns exemplos de especialistas que fornecem ferramentas de análise de cenários relacionados às mudanças climáticas para investidores. Vale ressaltar que esta é uma área que vem se desenvolvendo rapidamente, e novas ferramentas e abordagens provavelmente surgirão nos próximos meses e anos.

60 2º Investing Initiative (2017), Climate Alignment Pilot Tests Switzerland 2017, página 4. Disponível em http://www.transitionmonitor.com/wp-content/uploads/2018/01/AlignmentReport_AggregiertesPortfolio_Versicherungen_EN.pdf

61 Adaptado dos comentários de Andrew Blau, Managing

Figura 36: Exemplos de ferramentas de análise de cenários relacionados às mudanças climáticas para investidores

FORNECEDOR	DESCRIÇÃO E COBERTURA	METODOLOGIA	ACESSO/ ENTREGA	RESULTADOS
Mercer Investment Consulting	<p>Ferramenta de análise de cenário climático para alocação <i>top-down</i> de ativos, que examina os impactos de risco/ retorno na carteira total, na classe de ativos e no setor</p> <p><i>Riscos de transição e de impacto físico</i></p>	<p>Desenvolvimento de caminhos para cenários relacionados às mudanças climáticas e sensibilidades de risco/retorno de classes de ativos e setores industriais a fatores de risco do tipo 'TRIP' (Tecnologia, disponibilidade de Recursos, Impacto e Política)</p> <p>Maiores detalhes podem ser encontrados aqui: Mercer climate change study</p>	Disponível comercialmente com base em projetos, contrato de exclusividade com o cliente, ou através de um acordo de parceria de pesquisa para proprietários de ativos	Identificar riscos e oportunidades prioritários e os possíveis impactos relativos em diferentes cenários de mudanças climáticas (incluindo 2 graus ou menos) para fundamentar a tomada de decisões estratégicas na alocação de ativos e formação de carteira
2 Degree Investing Initiative / Projeto financiado pelo Horizon 2020 da UE	<p>Ferramenta <i>top-down</i> para alinhamento de 2°C da carteira, com base nas posições em renda fixa e renda variável listada em bolsa</p> <p><i>Somente riscos de transição</i></p>	<p>Analisa o desvio da carteira com relação a uma carteira com diversificação ótima em termos de energia e tecnologias de acordo com o caminho de 2 graus, conforme definido pela IEA, o Greenpeace e a Bloomberg New Energy Finance</p> <p>Maiores detalhes podem ser encontrados em: http://et-risk.eu e http://www.transitionmonitor.com/en/home/</p>	Ferramenta online e gratuita (lançamento previsto para maio/junho de 2018)	<p>Mix de alto carbono/ baixo carbono ao longo de um horizonte de 5 anos</p> <p>Alinhamento aos 2 graus dos planos de investimento e produção das empresas em um horizonte de 5 anos</p>
ERM	<p>Triagem <i>top-down</i> da carteira ou análise <i>bottom-up</i> de ativos</p> <p><i>Riscos de transição e físicos</i></p>	<p>Desenvolvimento de cenários holísticos ou baseados em eventos para identificar "segmentos" de risco e oportunidades para uma resposta comercial focada</p> <p>https://www.erm.com/en/service/all-services/energy-climate-change/</p>	Disponível comercialmente	Identificar riscos e oportunidades prioritários, bem como os impactos em diferentes cenários de mudanças climáticas

INICIATIVAS APOIADAS PELO PRI, NO NÍVEL SETORIAL OU DE EMPRESAS

O PRI já está apoiando duas iniciativas para setores e empresas avaliarem a alta exposição do setor emissor ao risco de transição.

Figura 37: Iniciativas para setores e empresas

FORNECEDOR	PESQUISA	RELEVÂNCIA PARA A ANÁLISE DE CENÁRIO	LINKS
Carbon Tracker Initiative e PRI	Dois graus de separação: Risco de transição para o setor de petróleo e gás em uma economia de baixo carbono	Examina se as opções de oferta dos maiores produtores de petróleo e gás de capital aberto estão alinhadas com os níveis de demanda consistentes com um orçamento de carbono de 2 graus. Identifica quais empresas têm maior exposição a um potencial Capex para 2025 em um cenário de 2 graus.	Relatório de 2 graus de separação
Transition Pathway Initiative Instituto Grantham de Pesquisa para Mudanças Climáticas e o Meio-Ambiente, apoiado por investidores	Avaliação <i>bottom-up</i> de como as empresas de capital aberto estão se preparando para a economia de baixo carbono	Avalia e acompanha a qualidade da gestão das empresas de suas emissões de GEE e de riscos e oportunidades relacionados à transição para a economia de baixo carbono. Avalia como o desempenho futuro das empresas em carbono se compara às metas internacionais e às promessas nacionais feitas como parte do Acordo de Paris.	Transition Pathway Initiative

EXEMPLOS DE PESQUISA DE INVESTIMENTO E RECURSOS RELACIONADOS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A Figura 38 traz alguns exemplos de pesquisa de investimento e recursos relacionados às mudanças climáticas no que se refere à análise de cenários que os proprietários de ativos podem querer incluir em seus esforços de formação de conhecimento. São divididos entre pesquisas de ‘no nível setorial e de empresas’ e pesquisas de escopo mais amplo.

Figura 38: Exemplos de pesquisa e recursos relacionados às mudanças climáticas para investidores*

FORNECEDOR	PESQUISA	RELEVÂNCIA PARA A ANÁLISE DE CENÁRIO	LINKS
PESQUISA SETORIAL E DE EMPRESAS			
Moody's Investor Services (vários relatórios)	Exposição do crédito soberano aos riscos físicos e de transição relacionados às mudanças climáticas, incluindo um cenário de 2 graus	Avalia o risco de transição de carbono em quatro categorias principais: efeitos financeiros diretos, novas tecnologias que levam à redução do uso de combustíveis fósseis, incerteza regulatória e comportamento do consumidor. Incorporada às classificações de risco de crédito soberano utilizadas pelos investidores.	Exemplo de pesquisa da Moody's
Universidade de Oxford, Smith School of Enterprise and the Environment (vários relatórios)	Revolução, não evolução: Mudança marginal e transformação da indústria de combustíveis fósseis	Examina a transformação necessária na indústria de combustíveis fósseis como parte da transição para uma economia de baixo carbono. Identifica vários indicadores de mudanças marginais que estão ocorrendo, incluindo alterações no fornecimento de energia para energias renováveis, mudanças nas curvas de custos, avanços nos mercados emergentes que alimentam energias renováveis, a perspectiva de pico para os combustíveis fósseis e o potencial para que ativos em combustíveis fósseis fiquem ociosos na medida em que a concorrência se intensifica entre fontes de combustível.	Combustíveis fósseis e ativos ociosos
PESQUISA MAIS AMPLA			
Ceres	Protocolo para análise de cenários de dois graus: Um guia da transição energética para empresas e investidores do setor de petróleo e gás	Propõe a base para a análise de cenários de dois graus, os principais componentes de um protocolo de análise de cenários de dois graus, exemplos de melhores práticas até o momento, o básico para divulgações climáticas relevantes e perguntas-chave para os investidores fazerem durante o engajamento com as empresas em análise. Foco nos setores de petróleo e gás.	Protocolo para análise de cenários da Ceres
Potsdam Institute for Climate Impact Research (PIK) e Carbon Delta (ainda não disponibilizado)	Traduzir riscos de políticas climáticas e riscos de impacto climático físico em avaliações de risco de empresas	O projeto desenvolverá uma avaliação global dos impactos econômicos das mudanças climáticas nas atividades corporativas, adaptada especificamente às necessidades dos investidores relacionadas à gestão de riscos de mudanças climáticas nas carteiras de investimentos.	Projeto Carbon Delta do Potsdam Institute

*Materiais adicionais sobre análise de cenário podem ser encontrados no Suplemento Técnico da TCFD, páginas 35-40.

FORNECEDOR	PESQUISA	RELEVÂNCIA PARA A ANÁLISE DE CENÁRIO	LINKS
PESQUISA MAIS AMPLA (CONTINUAÇÃO)			
Global Investor Coalition on Climate Change (vários relatórios)	Soluções de investimento para mudanças climáticas: Um guia para proprietários de ativos Vários relatórios, guias e pesquisas setoriais, incluindo o risco de transição	Fornece aos proprietários de ativos uma variedade de estratégias e soluções de investimento para lidar com os riscos e oportunidades associados às mudanças climáticas, incluindo uma discussão de resultados de 2 graus e os possíveis impactos para a carteira. Vários relatórios setoriais que examinam os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, segundo a perspectiva do investidor, na transição para um resultado de 2 graus ou menos. Inclui ações recomendadas em termos de engajamento corporativo e análise de empresas.	Soluções para mudanças climáticas Ferramentas de relatório GIC Petróleo e gás Setor de construção e imobiliário Indústria manufatureira e de materiais
Universidade de Cambridge, Institute for Sustainability Leadership (vários relatórios)	Riscos sem hedge: Como o sentimento com relação às mudanças climáticas impacta o investimento	Examina os impactos econômicos e de investimento de uma série de cenários de mudanças climáticas nos curto e médio prazos, incluindo um cenário de 2 graus. Concluiu que a percepção das mudanças climáticas representa um direcionador agregado de risco que deve ser levado em consideração ao avaliar o desempenho das carteiras de ativos. Protocolo útil para investidores como parte de seu engajamento com governos e formuladores de políticas públicas para questões relacionadas às mudanças climáticas.	Riscos sem hedge, da Universidade de Cambridge
CICERO Climate Finance	Desmistificando os cenários de mudanças climáticas: Um guia para investidores	O guia tem como objetivo estabelecer um entendimento comum dos cenários de mudanças climáticas. Conforme as empresas começam a implementar as recomendações da TCFD para análise de cenários, o guia traz exemplos de perguntas para ajudar os investidores a se engajarem com as empresas, além de aspectos a serem considerados em futuros requisitos de divulgação.	Guia CICERO de cenários de mudanças climáticas

EXEMPLOS DE ATUAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS

DESTAQUE 4

ANÁLISE DE CENÁRIOS – EXEMPLOS DE ATUAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS

CalSTRS (Fundo de pensão público dos EUA):

Participou dos projetos de análise de cenários de mudanças climáticas liderados pela Mercer em 2011 e 2016. Publicou um relatório personalizado, definindo os riscos e oportunidades específicos da sua carteira.

1. Colaborou com Mercer e 17 outros participantes na pesquisa “Investindo em uma época de mudanças climáticas”. O estudo destaca as implicações estimadas para o retorno da carteira em quatro cenários de mudanças climáticas e recomenda ações para mitigar o risco de investimento e maximizar o valor dentro da carteira.
2. O risco das mudanças climáticas é visto como um risco relevante, avaliado em toda a carteira, que pode impactar o valor atual e futuro do investimento.
3. A CalSTRS acredita que o risco subjacente das mudanças climáticas deve ser abordado agora para capturar oportunidades de crescimento econômico e mitigar riscos de longo prazo em benefício dos educadores da Califórnia.
4. O Fundo incorporou a análise de cenários em sua análise de riscos ambientais durante o processo de alocação de ativos, e anunciou um compromisso de US\$ 2,5 bilhões com um índice público de renda variável de baixo carbono.

Uma cópia do relatório personalizado da análise de cenários pode ser encontrada aqui: https://www.calstrs.com/sites/main/files/file-attachments/climate_change_report.pdf e o Relatório Anual da Força-Tarefa da Green Initiative 2016-17 pode ser encontrado aqui: https://www.calstrs.com/sites/main/files/file-attachments/green_report_2017.pdf

ERAFP (entidade francesa de previdência complementar para funcionários públicos):

Como parte dos esforços do Fundo para entender melhor o grau de exposição da carteira aos riscos transitórios associados às mudanças climáticas e seu alinhamento com os objetivos do Acordo de Paris, o ERAFP empreendeu uma série de ações, incluindo o alinhamento do mix de energia do Fundo ao cenário de 2°C. O Fundo analisou sua contribuição para a transição energética e o alinhamento de 2°C das carteiras de renda variável (incluindo participação verde, intensidade da contribuição para a transição climática e emissões evitadas). As principais conclusões deste trabalho até o momento foram divulgadas no Relatório Anual do ERAFP de 2016 (lançado em setembro de 2017), cujos destaques incluem:

1. A medição do alinhamento do mix de energia da carteira de renda variável do Fundo com os cenários de 2°C da Agência Internacional de Energia (IEA) para 2030 e 2050 revelou que a proporção de energias renováveis precisará quase dobrar para atingir o nível desejado para 2030.
2. A proporção de energia nuclear terá que ser significativamente reduzida entre hoje e 2030.
3. A transição para métodos de geração de energia muito menos dependentes de carbono precisará acelerar a partir de 2030 para alcançar o alinhamento com a meta do mix de energia para 2050.
4. Nos próximos anos, o rebalanceamento gradual da carteira do ERAFP para melhor alinhamento com os cenários climáticos mais favoráveis será implementado através de várias abordagens: - mudanças nas estratégias energéticas e mixes de empresas geradoras de eletricidade que já fazem parte da carteira do ERAFP. Como parte desses esforços, o ERAFP está envolvido em uma iniciativa do IIGCC para engajamento com acionistas, que visa promover estratégias para empresas europeias de serviços públicos que lhes permitam reduzir significativamente suas emissões de gases de efeito estufa. Além disso, o Fundo apoia a iniciativa RE100 (empresas comprometidas com 100% de eletricidade renovável, <http://there100.org/re100>) O ERAFP também está incentivando as empresas listadas em bolsa a obter toda a sua energia de fontes renováveis no longo prazo para, assim, aumentar a demanda nesse setor. Por fim, espera-se também que o diálogo contínuo com os gestores de fundos da entidade garanta que eles incluam aspectos climáticos em suas decisões de gestão, para promover um maior alinhamento com um cenário de mudanças climáticas de 2 graus ou menos.

Uma cópia do Relatório Anual do Fundo (2016) com mais detalhes pode ser encontrada aqui: <https://www.rafp.fr/en/public-report-2016>

Fundo de Pensão FRR (Fonds De Reserve):

O Fundo observa que, embora não esteja vinculado pela Lei de Transição Energética para o Crescimento Verde, adotou o protocolo estabelecido no novo requisito de divulgação para investidores institucionais quanto à incorporação dos critérios ASG em suas políticas e práticas de investimento, e especificamente na gestão de riscos financeiros relacionados às mudanças climáticas (parágrafo 6 do artigo 173 da Lei de Transição Energética para o Crescimento Verde). O FRR detalhou suas externalidades ASG em um documento individual, que pode ser acessado aqui: <http://www.fondsdereserve.fr/documents/Report-2016-article-173-lte.pdf>. Os principais *insights* da análise de cenários de mudanças climáticas incluem:

1. Utilizou uma metodologia da trajetória de carbono e o alinhamento de 2 graus do setor de geração de energia (com o apoio da Trucost e da Grizzly Responsible Investment).
2. Relativamente à sua trajetória teórica (carteira composta pelas mesmas empresas, mas se comportando de acordo com as trajetórias do setor conforme os cenários de 2 graus do IPCC/IEA/SDA), a trajetória da carteira “real” de renda variável tem emissões projetadas mais altas do que a carteira teórica, com o nível de emissões diminuindo ao longo do tempo, mas com uma diferença bastante constante.
3. A análise do setor de geração de energia estimou a mudança necessária no mix de energia mundial para reduzir os combustíveis fósseis e aumentar a energia renovável para se alinhar a um cenário de dois graus, especificamente um mix de energia mundial para 2050 de 55% em renováveis (a partir da composição existente de 20% da renda variável) e de carvão em 8% (dos 29% atuais).
4. Reconhecimento das limitações da metodologia, incluindo premissas sobre trajetórias futuras de receita com carbono, lacunas na divulgação de dados corporativos, incerteza em relação ao mix futuro de bens/serviços e de receita, entre outros.

Norges Bank Investment Management (Gestor responsável pela gestão dos ativos do Fundo de Pensões do Governo da Noruega):

Está desenvolvendo um protocolo interno para incorporar cenários de mudanças climáticas em seus processos de investimento e modelos de valuation como parte do modo como gerencia ativos. O objetivo do trabalho é “ser capaz de modelar os efeitos do preço do carbono no retorno da carteira em cenários prospectivos individuais”. O processo inclui, entre outros:

1. O desenvolvimento de um modelo interno para analisar os possíveis impactos dos principais cenários de mudanças climáticas em empresas individuais e na carteira como um todo.
2. A modelagem de fluxos de caixa futuros e emissões futuras de GEE no nível das empresas, incorporando estimativas do preço futuro do carbono em diferentes cenários.
3. O reconhecimento das lacunas; por exemplo, esta é uma análise pontual e não leva em consideração as estratégias das empresas, a estrutura do setor e outros fatores.
4. O reconhecimento das limitações dos dados quando “os cálculos das emissões de carbono não fornecem uma imagem completa do risco relacionado às mudanças climáticas ao qual as empresas podem estar expostas”. A análise das emissões de carbono é, portanto, avaliada em combinação com outras informações relacionadas, como uso intensivo de água, poluição do ar, idade das unidades de geração que emitem CO₂ e, quando aplicável, opções de captura e armazenamento de carbono.

Uma cópia do Relatório Anual de Investimento Responsável de 2017, com mais detalhes, pode ser encontrada aqui: <https://www.nbim.no/contentassets/67c692a171fa450ca6e3e1e3a7793311/responsible-investment-2017---government-pension-fund-global.pdf>

AXA Group (Seguradora, gestora de ativos e investidor global):

A AXA descreveu sua abordagem para o alinhamento da carteira com os objetivos de descarbonização como sendo uma abordagem dupla (estratégia para mudanças climáticas da AXA):

1. Testar o alinhamento de seus investimentos com o cenário de “2°C” da Agência Internacional de Energia (IEA).
2. Testar a contribuição de seus investimentos para a transição energética e ecológica, mensurada pelo percentual das receitas das empresas derivadas de “atividades ecológicas”, ou a chamada “parcela verde”.
3. A análise utilizou a metodologia zii e se concentrou em três setores para os quais os cenários de “transição energética” e “ativos ociosos” podem ser aplicados com razoável relevância e disponibilidade de dados: Petróleo & Gás, Automotivo e Energia Elétrica, e também levando em consideração cenários e restrições nacionais/regionais. A abordagem combinou os títulos com seus ativos físicos subjacentes atuais e planejados e os níveis de produção por tecnologia, e então comparou com o mix de energia descrito no cenário de 2°C da IEA para empresas de serviços de utilidade pública.
4. Os resultados foram divulgados publicamente, de acordo com a Lei de Transição Energética da França, Artigo 173 (resposta ao artigo 173 da AXA). A análise concluiu (entre outros aspectos) que, para melhorar o mix de energia das carteiras com relação às concessionárias de serviços de utilidade pública, seria benéfico realocar investimentos das concessionárias com menor exposição a renováveis para aquelas com maior exposição. Da mesma forma, seria benéfico realocar investimentos das montadoras de veículos com menor exposição a modelos elétricos e híbridos para aquelas com maior exposição.
5. Um *back-test* na carteira de renda fixa da AXA testou a melhor maneira de aprimorar seu alinhamento de 2°C por meio de uma abordagem quantitativa, e concluiu que, com apenas 1% de rotatividade na carteira, a AXA poderia (quase) atingir o *benchmark* de 2°C sem alterar a alocação setorial.
6. Para atender a possíveis objetivos climáticos subsequentes, a AXA utiliza três metodologias para aprimorar as decisões de investimento: (1) avaliar o risco de transição em setores de alto carbono; (2) fazer o *back-test* das carteiras para identificar um plano de realocação de empresas para atingir o *benchmark* de 2°C; e (3) maximizar o impacto da transição energética e ecológica, aumentando a “parcela verde”.

AP2 (Fundo de pensão sueco)

O Fundo é um dos primeiros investidores proprietários de ativos a responder publicamente às recomendações da TCFD, publicando um relatório que aborda cada uma das recomendações, incluindo a análise de cenários. Quanto à análise de cenários, o relatório observa que:

1. A AP2 observa que ainda não avaliou sua estratégia de investimento com base em diferentes cenários de mudanças climáticas.
2. Também observa que, em 2018, pretende investigar melhor as oportunidades existentes para realizar algum tipo de análise de cenários. Como parte desses esforços, está participando de um programa do IIGCC (Institutional Investors Group on Climate Change), focado na implementação das recomendações da TCFD.

Uma cópia do relatório climático da AP2 baseado nas recomendações da TCFD pode ser encontrado em <http://www.ap2.se/globalassets/hallbarhet-agarstyrning/klimat/tcfid/ap2s-climate-report-based-on-tcfids-recommendations.pdf>

TPT Retirement Solutions (Fundo de contribuição definida do Reino Unido):

Realizou uma análise de cenários de mudanças climáticas, utilizando as ferramentas Mercer e zDii, produziu um relatório público incluindo as principais conclusões, discutiu as mudanças climáticas no nível do conselho e estabeleceu as prioridades para o futuro do fundo, incluindo:

1. Continuar a gerenciar e monitorar o risco de carbono em sua carteira global de renda variável e, em particular, analisar como pode abordar o risco de carbono na renda variável passiva, criando um índice ou fundo *smart beta* que incorpore o fator carbono;
2. Continuar trabalhando com gestores de investimento e consultores especializados para entender o risco relacionado às mudanças climáticas dentro de classes alternativas de ativos; e
3. Buscar encontrar maneiras para melhor alinhar a carteira com o caminho de dois graus, o que pode acontecer a partir do aumento da alocação para ativos reais que especificamente oferecem benefícios sociais e ambientais positivos.

Uma cópia do relatório pode ser encontrada em: <http://www.tpt.org.uk/docs/default-source/investments/responsible-investment/tpt-climate-change-report>

CRÉDITOS

PRINCIPAIS AUTORES

- Dra. Danyelle Guyatt, Especialista em Investimentos Sustentáveis, Collaborare Advisory
- Edward Baker, Senior Policy Advisor, Climate and Energy Transition, PRI
- Sagarika Chatterjee, Associate Director, Head of Climate Policy, PRI

CONTRIBUÍRAM:

- Martin Skancke, Presidente do PRI e Membro da TCFD
- Fiona Reynolds, CEO, PRI
- Nathan Fabian, Director, Policy and Research, PRI
- Paul Chandler, Head of Environmental Issues, PRI
- Catherine Chen, Senior Manager, Asset Owners, PRI
- Andrew Gray, Gestor de Governança de Investimentos da AustralianSuper e membro do Comitê Consultivo para Proprietários de Ativos do PRI
- Jane Ambachtsheer, Partner e Presidente, Investimento Responsável, Mercer Investments e Membro da TCFD

Projeto gráfico:

Alessandro Boaretto, PRI

Os Princípios para o Investimento Responsável (PRI)

O PRI trabalha em conjunto com sua rede internacional de signatários para colocar em prática os seis Princípios para o Investimento Responsável. O objetivo dos Princípios é compreender as implicações do investimento sobre temas ambientais, sociais e de governança (ASG), além de oferecer apoio aos signatários na integração desses temas às suas decisões de investimentos e titularidade de ativos. O PRI atua no interesse de longo prazo de seus signatários, dos mercados financeiros e das economias em que operam e, por fim, do meio ambiente e da sociedade em geral.

Os seis Princípios para o Investimento Responsável foram um conjunto de princípios de investimento voluntários e aspiracionais que oferecem uma gama de ações que permitem incorporar fatores ASG à prática de investimentos. Os Princípios foram desenvolvidos por investidores, para investidores. Ao implementá-los, os signatários contribuem para o desenvolvimento de um sistema financeiro global mais sustentável.

Para maiores informações, visite www.unpri.org.



O PRI é uma iniciativa de investidores em parceria com a **UNEP Finance Initiative** e o **Pacto Global das Nações Unidas**.

Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI)

A UNEP FI é uma parceria única entre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o setor financeiro global. A UNEP FI trabalha em estreita parceria com mais de 200 instituições financeiras signatárias da Declaração da UNEP FI sobre Desenvolvimento Sustentável e uma série de organizações parceiras para desenvolver e promover conexões entre sustentabilidade e desempenho financeiro. Por meio de redes de pares, pesquisa e treinamento, a UNEP FI coloca em prática sua missão de identificar, promover e realizar a adoção das melhores práticas ambientais e de sustentabilidade em todos os níveis das operações das instituições financeiras.

Para maiores informações, visite www.unepfi.org.



Pacto Global das Nações Unidas

O Pacto Global da ONU é um chamado para que as empresas em todo o mundo alinhem suas operações e estratégias com os 10 princípios universais nas áreas de direitos humanos, direitos trabalhistas, meio-ambiente e combate à corrupção, e realizem ações de apoio aos objetivos da ONU e questões representadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Pacto Global da ONU é uma plataforma de liderança para o desenvolvimento, a implementação e a divulgação de práticas responsáveis pelas empresas. Lançado em 2000, trata-se da maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 8800 empresas e 4000 signatários não corporativos com sede em mais de 160 países e 80 Redes Locais.

Para maiores informações, visite www.unglobalcompact.org.

